



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

### Ata n.º 6

### 3.ª Sessão ordinária da Assembleia Municipal de Portalegre, realizada em 30 de abril de 2014

Aos trinta dias do mês de abril do ano dois mil e catorze, nesta cidade de Portalegre e no auditório do Centro de Congressos da Câmara Municipal, reuniu a Assembleia Municipal de Portalegre com a presença dos seguintes membros: Jorge Luís Lourinho Mangerona, António Adriano de Ascensão Pires Ventura, Jorge Manuel Martins Isidro Domingues, Hugo Chichorro e Silva Capote, João Nuno Cativo Cardoso, Luís David de Moreira Testa, Sara Cidrais Cid, José Miguel Moreira Serafim, Maria da Conceição Barradas Grilo, Celso Silva (em substituição de Amândio José Valente e Valente, nos termos do artigo 78.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na sua atual redação), Constantina do Rosário Frota Nunes Andrade Henriques, Luís Manuel Neves Pires Barata, Raúl Alberto Carrilho Cordeiro, Cristóvão da Conceição Ventura Crespo, Maria da Conceição Ceia Miranda, Ana Maria Soares Lopes, Rui Guerreiro Marques Simplício, Fernando José Patrão Areias, Luís Miguel Páscoa Alentejano, Sílvia Maria Pinheiro Miranda Relvas, Diogo Júlio Cleto Serra, Vera Alexandra Narciso Caixeiro, Luís Miguel Candeias Ricardo, Manuel Joaquim Lacão Carvalho, João Hermínio Henriques Janeiro, Bruno José Marchão Calha, Francisco Manuel Frutuoso Carriço, Artur Jorge Coelho Correia. -----

O Presidente da mesa, Jorge Mangerona, deu por aberta a sessão, eram 21:15 horas. Após a chamada, foi lido o expediente recebido nos serviços administrativos da Assembleia Municipal. Relembrou que, em colaboração com o gabinete de apoio, a todas as moções e todas as posições ali aprovadas, era dado o seguimento respetivo e os procedimentos considerados necessários. Mais informou que tinha uma moção conjunta, proposta por Raúl Cordeiro e João Nuno Cardoso, a qual tinha sido entregue aos presentes, assim como uma outra moção da responsabilidade do PS e ainda outra do CLIP, todas elas referentes às questões da saúde. -----

#### **Intervenção do Público:**

Nos termos do Regimento da Assembleia Municipal, deu o Presidente da mesa da Assembleia a palavra ao público presente na sala, informando de que dispunham de um período máximo de cinco minutos para colocarem as questões que pretendessem. Não houve qualquer intervenção a registar. -----

#### **Período antes da Ordem do Dia:**



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

O Presidente da mesa informou que, de acordo com o art.º 52.º da Lei 75/2013, aquele período teria uma duração de sessenta minutos. -----

Solicitando o uso da palavra, Raúl Cordeiro, quanto à moção conjunta, esclareceu que antes da última Assembleia Municipal extraordinária, onde foi feito o debate sobre a saúde, assumiu que faria um texto para submeter à apreciação conjunta de todos. Assim o fez e enviou-o ao Presidente daquela Assembleia Municipal. Disponibilizou-se, inclusive, para receber os contributos que entendessem por necessários, no seu mail, mas só recebeu por parte da CLIP, com algumas sugestões de alteração. Perante as mesmas, disse ter sido feito um texto final, o qual foi enviado a todos. Portanto, seria aquele que correspondia à moção a ser ali votada. Perante aquela moção conjunta disse haver uma componente em relação à qual o CLIP entendeu apresentar por ele próprio e que o PS também decidiu fazer, mas era uma segunda moção de ambos. -----

Solicitando o uso da palavra, Hugo Capote disse que a bancada da CDU, concordava, genericamente, com os dois textos. Achou que a questão deveria ser votada por unanimidade e estavam disponíveis para tal. A única questão que achavam importante que ficasse refletida tinha a ver com a administração da ULSNA e os doentes, porque eram tratados cá, mas pertenciam ao concelho de Évora e que, dos quais, a ULSNA não recebia nada. Portanto, a proposta seria uma adenda, àquela questão, na referida moção. -----

Pedindo o uso da palavra, Cristóvão Crespo requereu que fosse distribuído o documento aos membros, para poderem perceber o seu conteúdo. -----

Solicitando a palavra, Luís Testa disse que a Assembleia deveria suspender os trabalhos para consensualizar ainda mais aquela moção, que se pretendia fosse unânime. Esclareceu que o membro Raúl Cordeiro não pôde estar presente na reunião de conferência de representantes e tinha-lhe enviado o texto base para dar conhecimento ao Presidente da Assembleia. O texto seguiu depois para os representantes de todos os grupos, como tendo sido ele próprio o autor da proposta. Portanto, aquela questão não era da sua responsabilidade mas subscrevia-a. -----

O Presidente da mesa informou que acusou a receção do documento e que quando o reencaminhou, através de e-mail, lhe pareceu que estava indicada a autoria do mesmo. Perguntou aos proponentes da moção se teriam algo a acrescentar?-----

No uso da palavra, João Cardoso disse que naquele texto, já explicado pelo membro Raúl Cordeiro, o CLIP achou que deveriam ser introduzidos mais algumas questões e uma das quais idêntica à já referida pelo membro Hugo Capote. Assim como entenderam que deveria haver um conjunto de questões a



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

colocar diretamente ao Ministro da Saúde, de forma a obterem uma resposta. Naquele sentido, tentaram conciliar o assunto com o PS mas tal não tinha sido possível. -----

No uso da palavra, Raúl Cordeiro solicitou que, perante os três textos, que se complementavam, o Presidente da Assembleia construísse somente um texto que refletisse o conjunto daqueles três. -----

O Presidente da mesa referiu que o documento não poderia ser elaborado naquela Assembleia, a não ser que ficasse para a próxima, se todos assim concordassem. -----

No uso da palavra, Hugo Capote disse que a única preocupação que ali levantava seria o facto de estarem em cima de uma legislação muito recente, que reclassificava a ULSNA. Se esperassem dois ou três meses pela próxima sessão iriam perder o timing político, para fazerem chegar o assunto ao Ministro.-----

No uso da palavra, Luís Testa disse subscrever as palavras do Hugo Capote e compartilhou que havendo ali três moções, que versavam sobre a mesma temática, faria sentido um texto conjunto que as refletisse. Contudo, não havendo a hipótese de os consensualizar naquela sessão, achava que não poderiam deixar de aproveitar aquela reunião para expressar a posição política do concelho de Portalegre, relativamente a um texto legislativo emanado do Governo, o qual se refletia diretamente sobre a vida dos cidadãos do distrito de Portalegre. -----

Solicitando o uso da palavra, Jorge Isidro propôs que, para não se perder tempo, aprovassem ali a proposta conjunta, ficando condicionada a uma reunião de líderes, posteriormente, para ser melhorada. -----

No uso da palavra, João Cardoso disse que fazia todo o sentido conseguirem um texto conjunto, pois teria outro peso. Achava que não se deveria votar a moção conjunta porque, daquele modo, seriam da opinião que também se deveriam votar as outras.-----

O Presidente da mesa disse que, de experiências anteriores, tinham já chegado à conclusão que uma moção conjunta era extremamente difícil. -----

Usando da palavra, Cristóvão Crespo achava estranho que houvesse moções conjuntas e moções que depois concorriam, ao mesmo tempo, com moções únicas. Na sua ótica, perderia o sentido se assim fosse. -----

Pedindo o uso da palavra, Fernando Areias recordou que, na última Assembleia Intermunicipal, aquela mesma moção foi também proposta à



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

votação e que ele próprio solicitou aos presentes, de forma a haver consenso, que o texto fosse alvo de algumas alterações. Tal solicitação não tinha sido atendida pelo PS, porque não existia tempo suficiente. Acrescentou que a moção não tinha sido aprovada por unanimidade, pois não reuniu consenso. Portanto, era da opinião que fossem votadas as três moções, para se ver o resultado.-----

No uso da palavra, Luís Testa lembrou a todos que não era prática do PS fundamentar a sua atuação com posições que tinham noutros órgãos. Ali tratavam dos assuntos que estavam em cima da mesa, politicamente distintos de outras instâncias e outros patamares. Mesmo não conhecendo o texto da CLIP, referiu que não teria problemas em votar a moção. Contudo, existiam considerações de natureza política, das quais tinham de tirar ilações, sobre as temáticas e quando, para alguns, o consenso dependia de que outros abdicassem do seu pensamento político em certas matérias, deixava de haver consenso. -----

No uso da palavra, João Cardoso disse que para se chegar a consensos todos tinham de abdicar. Propôs que fossem lidas as três moções, para conhecimento de todos os presentes.-----

No uso da palavra, Hugo Capote propôs à mesa a leitura de outra moção e que, sendo consensual e aprovada por todos, resolveria aquele impasse. Se a mesma não fosse consensual, propunha que fossem votadas todas as moções, para serem aprovadas na generalidade e, daquele modo, ficaria já definida uma comissão com um representante de cada um dos grupos da Assembleia, para que pudessem reunir quanto antes, acabando por consensualizar um texto em comum.-----

Novamente no uso da palavra, Cristóvão Crespo disse perceber as propostas do Hugo Capote, mas o grupo do PSD não concordaria, porque o facto de aprovarem todas as moções, significaria que o teor das mesmas teria de estar refletido na moção síntese/conjunta. O PSD não teria assim uma votação igual, em função do conteúdo de cada uma. Referiu ainda que a moção do PS extravasava tudo aquilo que tinha sido delineado e pensado. -----

No uso da palavra, Raúl Cordeiro salientou que, fosse qual fosse a decisão que dali saísse, era uma desvalorização daquilo que se tinha comprometido a fazer, pessoalmente, na conferência de representantes. Lembrou que aceitou fazer uma moção conjunta e enviá-la a todos os grupos, para recolher opiniões sobre a questão. Foi enviada em tempo útil mas, contudo, não houve contributos para a mesma. Não havendo, ou não se concordava com o texto, ou então aceitavam-no. -----

O Presidente da mesa disse que iriam ler as moções. -----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

### **Moção conjunta** – PS e CLIP

“Acessibilidades a cuidados de saúde”

A Assembleia Municipal de Portalegre, com o apoio unânime de todos os partidos e grupos de cidadãos, promoveu na reunião de 28 de fevereiro de 2014 o agendamento de um debate dedicado ao tema da “Acessibilidades a cuidados de saúde das populações do concelho e do distrito de Portalegre”. No referido debate esteve presente, a convite da Assembleia Municipal, o Conselho de Administração da Unidade Local de Saúde do Norte Alentejano. A Assembleia Municipal saúda e agradece a disponibilidade do Conselho de Administração da ULSNA.

Considerando o atrás exposto, a Assembleia Municipal de Portalegre, reunida em sessão ordinária a 30 de abril de 2014, delibera: -----

1 – Afirmar a necessidade de manter um Serviço Nacional de Saúde (SNS) para todos os cidadãos, melhorando o acesso aos cuidados de saúde;

2 – Afirmar a necessidade de reformar o SNS e continuamente introduzir melhorias na sua organização, de modo a prestar cuidados de saúde de qualidade.

3 – Afirmar a necessidade de se efetuar uma verdadeira reforma hospitalar de uma forma racional, participada e transparente, sobretudo, no que respeita à gestão, à melhoria na qualidade assistencial e à organização dos cuidados, mantendo uma lógica de cobertura em redes de referência, e não apenas o encerramento de camas e serviços.

4 – Mostrar total disponibilidade para continuar o diálogo sobre a reforma hospitalar e a reforma do SNS e apelar a que sejam feitas ouvindo as Autarquias, que estão sempre disponíveis para juntar esforços e criar sinergias ao serviço das populações que representam e servem.

5 – Manifestar a sua total confiança e agradecimento a todos quantos, com o seu esforço, têm conseguido manter níveis de atendimento com qualidade e segurança, vencendo as dificuldades impostas pelos cortes salariais, ultrapassando com ânimo e criatividade os cortes orçamentais e ajudando a vencer o desalento e o cansaço dos utentes que resulta das maiores dificuldades de acesso ao SNS em virtude de uma política nacional de transportes que dificulta e diminui o acesso aos serviços.

6 - Reafirmar a autonomia e insubstituível papel do Poder Local democrático no serviço público de qualidade às populações e no desenvolvimento de Portugal.

Mais decide enviar esta Moção:

A Sua Excelência o Presidente da República

A Sua Excelência o Primeiro-ministro.

A Sua Excelência o Ministro da Saúde.

A Sua Excelência o Secretário de Estado Adjunto do Ministro da Saúde.

A todos os Grupos Parlamentares com assento na Assembleia da República.



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

À Administração Central do Sistema de Saúde, I.P.  
À Administração Regional de Saúde do Alentejo  
A todas as Câmaras e Assembleias Municipais da Região Alentejo

### **Moção – PS**

Quiseram as circunstâncias sociais e políticas que o debate promovido na última Assembleia Municipal se tornasse ainda mais importante pelo facto de o Ministério da Saúde ter vindo a lançar mais uma ameaça à coesão e integridade do SNS.

Nalguns casos o que se perspetiva em relação à chamada “reclassificação dos hospitais” contraria até as ideias chave desenvolvidas pelo Conselho de Administração da ULSNA, demonstrando um claro desencontro entre a política do ministério da Saúde e a realidade local e regional.

Num tempo em que predomina a miséria e a segurança em largos setores da sociedade é fundamental que as estratégias globais de saúde tenham como prioridade a implementação de políticas que diminuam as desigualdades, minimizando as diferenças sociais e regionais.

A opção por um modelo de SNS é hoje reconhecida como a melhor forma de garantir os valores do acesso, da equidade e da solidariedade. O SNS tem sido um fator de coesão nacional e um avanço civilizacional.

O Governo publicou uma portaria (n.º 82/2014, de 10 de abril), que constitui um violento ataque ao SNS e ao direito constitucional à saúde, visando o desmantelamento da rede hospitalar pública.

A Portaria n.º 82/2014, que no essencial reclassifica os hospitais de acordo com o seu grau de diferenciação, um logro, pois nada tem a ver com a reforma hospitalar, essencial e há muito exigida por imperativos funcionais, ou mesmo com a reforma orgânica do SNS. Trata-se tão-somente do equivalente a uma espécie de carta hospitalar, mas neste caso visando um quadro minimalista de unidades hospitalares.

O SNS é um todo que deve ter coerência e não entendemos como se podem tomar medidas avulsas, pontuais, casuísticas, inorgânicas, desconexas, descontextualizadas e de carácter administrativo, sem qualquer estratégia de sustentabilidade, negam qualquer perspetiva de reforma e de articulação entre os vários níveis de prestação de cuidados de saúde.

Com esta Portaria, a governo tem em vista, uma vez mais, o encerramento arbitrário de serviços hospitalares, nomeadamente o encerramento da maioria das maternidades do país, a diminuição acentuada da capacidade de resposta global do SNS, a criação de condições incontornáveis para uma rápida expansão das entidades privadas, sobretudo por via do recurso aos subsistemas de saúde, e dar mais um passo, desta vez decisivo, para uma acelerada desertificação de vastas zonas do interior do país.

Além do encerramento de múltiplas maternidades, o Governo pretende eliminar, no imediato, especialidades médicas dos hospitais públicos (endocrinologia e estomatologia), encerrar o Instituto Oftalmológico Gama



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

Pinto, em Lisboa, e ainda eliminar os serviços de cirurgia cardio-torácica no Hospital de Gaia e do Hospital de Santa Cruz, ao mesmo tempo que mantém vultuosos contratos com entidades privadas nesta área.

Com esta Portaria, grande parte das maternidades do nosso país vão ser encerradas. Os hospitais do chamado Grupo I só irão dispor de ginecologia e a obstetrícia só existirá nos hospitais do chamado Grupo II. Assim, irão desaparecer até 31.12.2015 as maternidades nos seguintes estabelecimentos hospitalares; Unidade Local de Saúde do Norte Alentejano, Unidade Local de Saúde Baixo Alentejo (Beja), Unidade Local de Saúde Litoral Alentejano (Santiago do Cacém), Centro Hospitalar Cova da Beira (Covilhã e Fundão), Centro Hospitalar de Leiria, Centro Hospitalar do Baixo Vouga (Aveiro, Águeda e Estarreja), Hospital da Figueira da Foz, Unidade Local de Saúde da Guarda, Unidade Local de Saúde de Castelo Branco, Centro Hospitalar Barreiro/Montijo, Centro Hospitalar de Setúbal, Centro Hospitalar do Oeste (Torres Vedras/Caldas da Rainha), Centro Hospitalar do Médio Tejo (Abrantes, Torres Novas e Tomar), Hospital de Santarém, Hospital Fernando da Fonseca (Amadora/Sintra), Centro Hospitalar do Médio Ave (Famalicão e Santo Tirso), Centro Hospitalar entre Douro e Vouga (Feira, Oliveira de Azeméis e S. João da Madeira), Centro Hospitalar Póvoa do Varzim/Vila do Conde, Centro Hospitalar Tâmega e Sousa (Paredes e Penafiel), Hospital Santa Maria Maior (Barcelos), Unidade Local de Saúde de Matosinhos, Unidade Local de Saúde do Alto Minho (Viana do Castelo) e Unidade Local de Saúde do Nordeste (Bragança, Mirandela e Macedo de Cavaleiros).

A declaração emitida recentemente pelo Ministério da Saúde em que garantia que não iria encerrar qualquer maternidade assume uma enorme gravidade porque assenta na dúvida lançada por quem apregoa que tira e depois aparece como arauto da manutenção. O conteúdo da portaria é muito claro sobre esta e outras matérias.

A Portaria é clara e, como tal, é fácil constatar que vastas regiões do nosso país irão ficar sem qualquer maternidade e que as parturientes terão de se deslocar centenas de quilómetros. É um atentado à vida e à segurança de muitos recém-nascidos e respetivas mães.

### **Moção - CLIP**

A criação e implementação de um Serviço Nacional de Saúde (SNS), universal e tendencialmente gratuito, constitui um extraordinário avanço civilizacional e uma das mais inegáveis conquistas do Povo português, na sequência da revolução de Abril de 1974. A melhoria gradual e constante da maior parte dos indicadores de saúde da população portuguesa e a excelente classificação do SNS nacional em “rankings” independentes, elaborados a nível internacional, são bem a prova do que acabamos de afirmar.

Em relação ao modelo original de SNS, pensado e executado pelo então Ministro da Saúde Dr. António Arnaut, muitas foram as alterações efetuadas,



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

ao longo dos últimos 40 anos, em termos da sua estrutura, organização e funcionamento.

No Distrito de Portalegre, por exemplo, passámos recentemente de uma realidade em que coexistiam, em termos assistenciais e de forma autónoma, dois Hospitais (Doutor José Maria Grande, em Portalegre, e Santa Luzia, em Elvas) e 15 Centros de Saúde, para um novo modelo integrado, no que diz respeito à globalidade dos cuidados a prestar à população: a Unidade Local de Saúde do Norte Alentejano, EPE (ULSNA).

No momento presente, e tendo em conta a legislação recentemente publicada e notícias vindas a pública, preocupam-nos algumas questões, que passamos a enumerar, e em relação às quais solicitamos resposta por parte do Ministério da Saúde:

- Quais os reflexos, em termos dos cuidados de saúde a prestar à população do Distrito de Portalegre, da entrada em vigor da Portaria n.º 82/2014, de 10 de abril; nomeadamente no que se refere à reforma/reorganização da rede hospitalar e às consequências concretas da mesma, em termos de uma eventual redução da oferta de especialidades, nos dois Hospitais da ULSNA?

- No caso concreto do serviço de Obstetrícia/Ginecologia (vulgo Maternidade) do Hospital Dr. José Maria Grande, é previsível, em consequência da implementação da referida Portaria, o seu encerramento?

- Está o Ministério da Saúde a equacionar alguma alteração (no sentido do reforço) da fórmula de financiamento da ULSNA; tendo em conta, nomeadamente, que os utentes dos Concelhos de Alandroal, Borba, Estremoz e Vila Viçosa (todos do Distrito de Évora) são “atraídos”, devido à maior proximidade geográfica, pelo Hospital de Santa Luzia de Elvas, onde continuam a ser atendidos, cuidados e tratados?

A Assembleia Municipal de Portalegre, reunida ordinariamente em 30 de abril de 2014, aguarda resposta às questões acima colocadas; manifestando no entanto, e desde já, a sua profunda apreensão e tal discordância, caso se venha a verificar algum tipo de redução de serviços/especialidades hospitalares na ULSNA, nomeadamente (mas não só) o encerramento da referida Maternidade.

A Assembleia Municipal de Portalegre quer também deixar, de forma clara e inequívoca, a sua grande preocupação relativamente ao assunto subjacente à 3.ª questão acima apresentada. De facto, a ULSNA continua a ser penalizada, nomeadamente em termos económico-financeiros, por atender os utentes dos 4 Concelhos do Distrito de Évora referenciados (que estão abrangidos pela área de influência do Hospital do Espírito Santo, de Évora); uma vez que estes não são considerados ou contabilizados no cálculo do financiamento da mesma. Por outras palavras, a ULSNA assume o respetivo atendimento e tratamento (com todos os gastos e custos inerentes), sem que, em resultado de tal, receba qualquer tipo de contrapartida.

A Assembleia Municipal de Portalegre manifesta ainda o seu inequívoco reconhecimento, apoio e solidariedade à ULSNA, nomeadamente ao Conselho de Administração e a todos os seus Trabalhadores! Sem o seu contributo,





## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

esforço e dedicação não seria de todo possível continuar a assegurar à população do Distrito de Portalegre cuidados de saúde adequados e dignos. Por último, a Assembleia Municipal de Portalegre manifesta a sua posição de defesa firme e intransigente da população do Concelho e do Distrito de Portalegre; esperando que qualquer reforma (como a que aqui está em causa) seja feita COM e PARA as Pessoas, e não apenas baseada em indicadores meramente “economicistas”, quantitativos ou demográficos; o que agrava ainda mais as já difíceis condições de vida no interior do País e penaliza territórios desertificados e populações envelhecidas, como é o caso, infelizmente, do Distrito de Portalegre. Neste sentido, exortamos o Ministério da Saúde a promover uma reflexão mais aprofundada (e o mais ampla e alargada possível) sobre a reforma hospitalar/reorganização da rede hospitalar; na qual seja tida em conta a participação e os contributos das Autarquias Locais, que servem e respondem diretamente perante as suas populações e que conhecem, como ninguém, a real e verdadeira dimensão dos seus problemas e das suas dificuldades.

Solicitando o uso da palavra, Hugo Capote achava que a última moção tocava em todos os assuntos que eram importante, além de ser mais prática e centrada no problema. Perguntou se aquela moção, independentemente de ser da CLIP, não seria possível de aprovar por todos, ali, quanto antes? Entendia também ser muito importante que, no seguimento da mesma, se seguissem pedidos de reunião, ou da parte da Assembleia, ou do executivo camarário, ao Ministério da Saúde e ao Presidente da Administração Regional de Saúde. Tinham ali a oportunidade de dar um exemplo de cidadania e de despir de algumas questões político-partidárias, em defesa de algo importante que lhes podia ser tirado. -----

O Presidente da mesa lembrou que estaria sempre disponível para efetuar as diligências que fossem necessárias.----- \

No uso da palavra, Luís Testa voltou a referir que, mesmo sem conhecer o conteúdo da moção, não teria qualquer tipo de objeção em relação à mesma e que apoiaria o conteúdo, pois não estava ali em causa as pessoas que a apresentavam. Quem pensasse o contrário, estaria com uma visão obtusa da questão. A moção da CLIP teria o seu voto favorável. Contudo, depois da leitura das três moções e das considerações que cada uma fazia, não conseguia perceber que houvesse pessoas que estivessem disponíveis para aprovar uma e para não aprovar as outras. Portanto, partilhava da visão do Hugo Capote, porque todas as moções teciam considerações do ponto de vista político e havendo uma diferença relativamente à posição de voto, quanto a cada uma delas, só poderia significar que não tinham em atenção o conteúdo, mas sim o grupo de pessoas que a apresentavam. Em conclusão, referiu que na falta de consenso, que tentaram encontrar os representantes de cada grupo



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

municipal, achava que seria perfeitamente natural que os signatários de qualquer uma das moções pudessem aprovar as outras duas. -----

No uso da palavra, Cristóvão Crespo considerou que os aspetos ligados à saúde, no Concelho e na região, eram fundamentais e estavam refletidos na moção. No entanto, havia ali um juízo político mais genérico que o PS queria fazer e que o PSD não fugia do mesmo; pelo contrário, entendia que poderia existir uma moção a sublinhar, atualmente, o papel da saúde. Na sua opinião, o PS estava a enveredar por uma discussão política e era quem tinha menos razão naquele processo, sendo que o tipo de proposta feito à Assembleia era inadmissível. Lembrou que a miséria e a insegurança a que se chegou tinha sido criada pela governação do Partido Socialista, pois gastaram o dinheiro até não haver. Além do facto de ter sido também o PS que criou os estatutos da ULSNA e que a classificaram no último lugar do ranking das unidades locais de saúde. Por último, disse que, de facto, o que o Ministério da Saúde tinha feito, nos últimos anos, foi conseguir um orçamento como a Saúde nunca tinha tido. Salientou o facto do Ministério da Saúde ter uma dotação orçamental, em 2012, de 1500 milhões de euros para pagar dívida atrasada do SNS, mais 432 milhões de euros em 2013, mais uma dotação de 13 milhões em 2014, com o compromisso de não acumular dívida para 2015. Lembrou que, em 2010, o Serviço Nacional de Saúde, teve um défice global de 800 milhões de euros. Portanto, teve de se andar a pagar dívidas atrasadas. Informou que estava previsto, até final do corrente ano, o equilíbrio global e financeiro do SNS e dos EPE's. As atenções deveriam estar centradas naquilo que se passava no Concelho de Portalegre, acompanhando as preocupações dos utentes. -----

No uso da palavra, Raúl Cordeiro disse que não respondia de forma partidária e seria bom que se aprendesse com os erros, para não se cometerem no futuro. Na sua ótica o governo atual era proto miserabilista, ou melhor, criavam as necessidades, para depois irem como os arautos de alguém que não deixou as coisas fecharem. O que tinha saído na Portaria era que fechavam a maternidade, mas depois o Ministro tinha vindo dizer, ao Conselho de Administração, que, garantidamente, já não fechavam. Seria ridículo agradecerem ainda ao Ministério por não a terem fechado. Salientou que a diminuição de despesas com medicamentos de que o membro Cristóvão falou, seria certamente por tal que o orçamento da Câmara gastava mais em medicamentos de apoio às pessoas necessitadas, porque os medicamentos tinham baixado de preço. Ao estarem a lutar por um direito à saúde, pretendia-se com aquilo lutar, obviamente, por um serviço nacional de saúde, numa perspetiva integrada. Por último, disse que a questão formal seria votar as três propostas, portanto, que assim fosse. -----

No uso da palavra, João Cardoso disse que subscrevia a ideia da CDU, de modo a que a moção fosse conjunta e propôs que apenas considerassem a



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

moção da CLIP. Não por uma questão de protagonismo mas porque seria mais consensual.-----

No uso da palavra, Luís Testa chamou atenção ao deputado Cristóvão Crespo para o facto de ter construído uma realidade à sua volta que não era a realidade dos portugueses. Provavelmente alguém ajudou o deputado a construir um mundo fantasioso, onde tudo estava bem e o País estaria melhor. A certeza era que todos os sacrifícios, que tinham por base uma única justificação, eram deitados por terra, também por números, uma vez que a dívida não tinha diminuído e, antes pelo contrário, aumentou desde 2011. Perante uma dívida colossal, a qual foi criada pelo PSD, não percebia como é que o deputado Cristóvão Crespo persistia em continuar aquela tarefa e, obviamente, só aquela dívida é que justificaria encerramentos atrás de encerramentos de serviços públicos às populações. O princípio governativo do PSD era que a dívida se controlava com o encerramento de serviços públicos às populações.-----

No uso da palavra, Hugo Capote perguntou se, ao votarem as três moções, uma fosse aprovada por unanimidade e outra por maioria, o que é que fariam a seguir? -----

Novamente no uso da palavra, Cristóvão Crespo disse que se todas as moções fossem aprovadas não haveria a possibilidade de haver uma conjunta, porque não podiam misturar na mesma moção algo que era inconciliável. Disse ao Luís Testa que conhecia bem a realidade do Concelho, bem como as dificuldades que as pessoas sentiam, ao contrário do PS, que se preocupavam era com a popularidade. -----

O Presidente da mesa informou que iriam passar à votação das Moções. Quanto ao seguimento, teriam o provimento que fosse necessário.-----

**DELIBERAÇÃO:** a Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por maioria, com 8 abstenções, aprovar a respetiva moção conjunta (**Moção A**), subscrita pelo PS, pela CLIP e pela CDU. -----

**DELIBERAÇÃO:** a Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, aprovar a **Moção B**, subscrita pela CLIP. -----

**DELIBERAÇÃO:** a Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por maioria, com o voto de qualidade do Presidente, aprovar a **Moção C**, subscrita pelo PS.-----

**Declaração de voto** – Hugo Capote (CDU)



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

Lamentamos que não tenha sido possível atingir apenas uma moção e até houve uma votada por unanimidade e lembrar que eu tinha proposto, no início, uma breve reunião, um breve intervalo de cinco minutos, porque acho que tínhamos chegado a consenso.

### **Declaração de voto** – Jorge Isidro (CLIP)

Ficaria mais satisfeito se tivesse havido uma única moção, porque foi isso que foi aprovado na Assembleia Municipal e foi isso que foi aprovado na conferência de líderes. Portanto, fiquei triste por isso não ter acontecido, porque a própria Assembleia acabou por não cumprir algo que tinha assumido fazer.

O Presidente da mesa disse que, por algumas questões de estilo, a moção do PS lhe merecia alguns reparos. No entanto, naquela questão, o que estava em causa era a substância, eram os problemas das pessoas e era aquilo que o sensibilizava. Relevou que estava ali pelos problemas das pessoas e pelos problemas que os portalegrenses passavam.-----  
No uso da palavra, Cristóvão Crespo disse que, relativamente àquelas três moções, iriam apresentar uma declaração de voto por escrito.-----

Solicitando o uso da palavra, Luís Testa disse que, de facto, talvez o consenso não tivesse sido impossível, pelo menos o consenso conjunto de três. Revia-se nas palavras do Presidente da Assembleia Municipal, tendo em conta que, na apreciação de cada matéria em concreto, muitas vezes era preciso deixar de lado o acessório e preocuparem-se com o essencial. -----

Solicitando o uso da palavra, João Cardoso disse que a CLIP resolveu propor uma saudação, a qual passou a ler:

### **Saudação** – CLIP

Comemora-se mais um aniversário do Dia do Trabalhador. É um dia em que se presta homenagem a todos aqueles que lutaram por melhores condições de trabalho. Este 1.º de Maio é também um dia de luta e de solidariedade para com os portugueses que enfrentam o desemprego, muitos deles vítimas da crise que enfrentamos. Todos nós conhecemos alguém que sofre as consequências inerentes ao facto de ficar sem trabalho. Não podemos baixar os braços, mas sim lutar pelo direito ao trabalho e ao trabalho com direitos, pese embora as dificuldades que se vivem nos setores que o garantem. Cada vez se torna mais importante um papel ativo dos trabalhadores empreendendo e criando condições para o desenvolvimento da economia, não abdicando dos seus direitos fundamentais.



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

É na conjugação harmoniosa de interesses entre os trabalhadores e os empregadores que está o futuro das empresas e a garantia de um trabalho seguro e para todos.

Continua a ser necessário assinalar este feriado para não deixar esquecida a luta que há tantos anos permitiu encontrar os caminhos da dignidade do trabalhador. Hoje, com novas realidades e novos desafios temos que saber, também, encontrar esses caminhos.

Apelamos a este executivo Municipal para que continue a pugnar pela criação e fixação de mais empresas e a apoiar as existentes, reforçando a economia local e garantindo a criação de mais empregos.

Saudando todos os trabalhadores, em especial os deste concelho, apelamos à participação, tomando nas suas mãos o poder de uma cidadania ativa e consciente reforçando os seus direitos sociais, culturais, económicos e políticos.

**DELIBERAÇÃO:** a Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, aprovar a Saudação, apresentada pela CLIP. -----

### Declaração de Voto – CDU (Diogo Júlio)

Utilizo a forma de declaração de voto, porque não tive tempo de falar antes. Foi com grande satisfação que votei favoravelmente a saudação da CLIP. É importante que seja trazido a esta Assembleia o Dia Internacional dos Trabalhadores e aquilo que significa, nestes 40 anos depois do “25 de Abril”, numa cidade que já teve o Dia do Trabalhador como Dia da Cidade, na 1.ª República. Portanto, era importante que numa altura em que tantos sacrifícios se passam, possamos assinalar também nesta Assembleia. Queria convidar, na condição de dirigente Sindical, todos os presentes para que amanhã, a partir das 09H30, com partida do Largo Frederico Laranjo e ida para o Atalaião, possamos percorrer os locais sagrados do movimento operário em Portalegre. Estão todos convidados para o 1.º de Maio e Vivam os Trabalhadores!

No uso da palavra, Luís Testa perguntou se não tinham chegado à mesa os elementos pedidos na última reunião daquela Assembleia, relativamente ao caso CAEP?-----

O Presidente da mesa informou que no dia 8 de abril, conforme solicitado, procedeu ao envio para a Presidente da moção aprovada. Entretanto a Presidente comunicou-lhe que deu o seguimento necessário.-----

No uso da palavra, a Presidente da Câmara disse ter sido já enviado, dando cumprimento àquilo que foi pedido pela Assembleia Municipal. -----

Novamente no uso da palavra, Luís Testa lembrou que na última Assembleia ordinária requereu que fossem disponibilizados aos grupos municipais um



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

conjunto de elementos, por parte do executivo municipal. Na última Assembleia extraordinária, referiu que tal requerimento tinha sido ignorado e, pelos vistos, a cópia dos documentos de todo aquele processo que não constavam dos que foram distribuídos aos grupos, continuava sem aparecer. Portanto, apesar dos esforços da mesa, custava-lhe lidar com aquele processo pois parecia demasiadamente tenebroso. Referiu que existiam outros instrumentos para obrigar a que o poder executivo dotasse os grupos da Assembleia Municipal daqueles documentos.-----

Solicitando o uso da palavra, Hugo Capote, ainda em relação à saúde, solicitou que a acompanhar os três documentos atrás aprovados, se requeresse a reunião com o Ministro e com o Administrador-Regional da Saúde, para verem que seria importante fazer ouvir de viva voz. Quanto ao assunto do CAEP, perguntou à Presidente da Câmara como tinha ficado a participação da instituição bancária, quer ao Banco de Portugal, quer ao Ministério Público, visto que a mesma se podia enquadrar até num crime de coação aos eleitos locais? A segunda questão que colocou, relativamente ao “bolo” dos 470.000€ que estava previsto em orçamento e do qual tinha sido retirada uma parte, deixando lá cerca de 130.000, para pagar aquilo que a instituição bancária já teria retirado, até ter sido dado conta de que aquele factoring estava a ser cobrado, e a pergunta era se a Presidente já sabia quanto é que o BPI tirou das contas da Câmara?-----

A Presidente da Câmara disse que pediu ao advogado da Câmara para redigir a minuta, que foi enviada para a ordem da próxima reunião de Câmara, para ser votada e posteriormente enviado o texto da mesma ao Ministério Público e ao Banco de Portugal. Relativamente ao montante retirado, informou ter estado com a administração do BPI e acordaram em pedir por escrito mais alguma documentação que pudessem ter e também aferir o valor em causa, para que não haja dúvidas. -----

Novamente no uso da palavra, Hugo Capote perguntou se o valor não foi possível de apurar pelos serviços camarários e teria de ser fornecido pela instituição bancária? -----

Em resposta, a Presidente disse que os serviços conseguiam aferir aquele valor, mas ela própria achou que deveria pedir também ao BPI, de modo a não restarem dúvidas. Assim que obtivesse resposta, iria enviar de imediato ao Presidente da Assembleia, o qual daria conhecimento aos membros da Assembleia Municipal.-----

No uso da palavra, Luís Testa perguntou ao executivo municipal em que medida é que tinham sido tomadas diligências no sentido de se apurar aquilo que teria acontecido na situação do PIER/Fábrica do Bagaço? Como é que



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

estava o processo, visto ser um assunto candente e do qual se devia dar conhecimento profundo à Assembleia Municipal de Portalegre? -----

Solicitando o uso da palavra, Rui Simplício, na sequência da pergunta do Dr. Hugo Capote, pretendeu saber, mesmo que o Banco não respondesse à pergunta da Presidente da Câmara, qual era de facto o valor que foi retirado da conta? -----

A Presidente da Câmara referiu que, após reunião com os representantes do Banco, na qual não pode estar presente todo o executivo camarário, tentaram esclarecer todas as dúvidas. Obviamente que a Câmara sabia o valor em dívida, mas não o conseguia dar ali, de cor, naquele momento. Mais disse ter resolvido pedir outros elementos, por escrito, ao Banco. -----

O Presidente da mesa lembrou que o período antes da Ordem do Dia já ia muito para além do tempo inicialmente previsto. -----

Pedindo o uso da palavra, Diogo Júlio perguntou à Presidente se confirmava o facto de que o Pingo Doce se preparava para comprar a Serraleite e para fazerem uma fábrica na zona industrial? Acrescentou que havia alguma preocupação normal, no seio dos trabalhadores, e que não sabiam se a marca seria para ficar, bem como o circuito da recolha de leite, junto dos produtores? Seria possível obterem mais informação sobre quais eram as intenções do Pingo Doce? -----

A Presidente da Câmara referiu que, de facto, a Jerónimo Martins estaria interessada em instalar uma unidade em Portalegre. Naquele sentido, abordaram a Câmara e colocaram várias questões. Contudo, o que lhes foi colocado em cima da mesa foi que fossem parceiros da Serraleite. A empresa manifestou tal preocupação de quererem ser parceiros da Serraleite. A Câmara estava disponível para defender e ajudar no processo. Mais informou que já teria havido uma reunião entre as partes, da qual ainda não sabia o resultado.

Solicitando o uso da palavra, Amândio Valente, a propósito da informação referente à educação, à rede escolar e à constituição de turmas, independentemente do tempo que durava uma política de encerramento nas áreas sociais, e também fortemente articulado com as questões da saúde, salientou que, embora as questões da educação não fossem tão faladas, estavam a ter um impacto económico fortíssimo na cidade. Perguntou à Presidente da Câmara como é que a autarquia se colocava sobre a situação da redução das turmas nos vários ciclos e, nomeadamente, nas escolas secundárias, assim como da prevalência de critérios numéricos? Que noção existe dos impactos no tecido social, económico e cultural do concelho, quanto à redução de turmas no 2.º e 3.º ciclo e no secundário? Como se colocava a Câmara Municipal na possibilidade do encerramento de mais quatro escolas do



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

1.º ciclo? Que consequências na estratégia de desenvolvimento e ordenamento territorial do Concelho? Qual o papel que as juntas de freguesia poderiam ter, envolvidas naquelas soluções? E, não menos importante, se havia alguma noção dos impactos financeiros e de mobilização dos recursos, na sequência do encerramento das escolas? Por último, referiu que, provavelmente, o encerramento das escolas e a redução do número de turmas, seria capaz de contrariar uma hipotética estratégia que a autarquia tivesse para o desenvolvimento global e estratégico do concelho de Portalegre, porque, no fundo, não lhe pareciam ser boas notícias, para uma situação de perda, cada vez mais acentuada. -----

O Presidente da mesa chamou a atenção para o facto de que algumas daquelas questões estariam a entrar no ponto um da ordem de trabalhos, as quais seriam depois abordadas e respondidas. -----

No uso da palavra, Luís Testa disse haver ali dificuldade na resposta a questões mais sensíveis, mas a existência da não-resposta, por parte do executivo, teria de ser idêntica à persistência na busca da verdade, por parte dos eleitos para o órgão fiscalizador. Uma vez que o executivo se furtava a prestar esclarecimentos sobre a matéria que tinha sido colocada à consideração, via-se obrigado a requerer, potestativamente, à mesa, a realização de uma reunião extraordinária daquela Assembleia Municipal, nos primeiros quinze dias de maio, para que se possa ali discutir e para que fossem apresentados elementos constantes da fábrica do bagaço/PIER e para que pudessem ser convidados a CCDR, o Turismo de Portugal e o ICNF, para que tivessem conhecimento das matérias em causa. O PS precisava de mais uma subscrição de um elemento da Assembleia para verem ali respondidas aquelas questões e para ser possível realizar a reunião. -----

O Presidente da mesa sugeriu que a reunião fosse agendada para junho, visto que existiam custos e a Câmara tinha dificuldades financeiras. No entanto, colocou a questão para a Assembleia decidir. -----

No uso da palavra, a Presidente da Câmara, relativamente à questão das escolas, disse que o fecho das mesmas acarretava graves prejuízos, a vários níveis. Relembrou que já no ano passado tinham sido confrontados com a ameaça do fecho de duas escolas e que após várias conversações com a Diretora Regional tinham conseguido mantê-las abertas. Obviamente que a mensagem passou e havia a possibilidade, muito real, das quatro escolas virem a ser fechadas. Ao terem conhecimento daquela situação pediram ajuda e envolveram-se com os Presidentes das Juntas de Freguesia, por serem elementos fundamentais na batalha em manter as escolas abertas. Foram feitas diligências e a Vereadora da educação estava por dentro da questão, reuniram também com os pais, de modo a envolver a comunidade escolar, e não só, no sentido de encontrar uma argumentação forte para que se





## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

mantenham as escolas em atividade. No entanto, disse ter a consciência de que nem todas estariam em pé de igualdade. -----

O Presidente perguntou ao Luís Testa se mantinha o requerimento atrás efetuado, para se poder passar à votação do mesmo? -----

Usando da palavra, Hugo Capote disse que tinha uma questão que se prendia com a Fundação Robinson, perante uma série de dúvidas que se avolumavam e que tinham a ver com uma alteração dos órgãos, com o contrato e a prestação de contas da mesma. A CDU propôs que houvesse uma sessão para esclarecimento daquele assunto e que desse tempo a que os próprios serviços camarários fizessem chegar, a todos os elementos, a documentação necessária, sem que se confundissem com muitos pontos da ordem. Portanto, subscreviam a proposta que o PS fez sobre a Fábrica do Bagaço e pretendiam acrescentar mais uma discussão. -----

O Presidente da mesa informou que os documentos sobre a Fundação Robinson estavam disponíveis. Contudo, seria possível colocar tais documentos para a reunião de junho. De qualquer forma, iriam votar as propostas apresentadas. -----

No uso da palavra, Luís Testa pretendeu esclarecer a mesa de que o requerimento anteriormente apresentado e subscrito pelos eleitos da CDU, era o que obedecia à marcação das reuniões extraordinárias, as quais poderiam ser marcadas por um terço dos eleitos locais na Assembleia Municipal. -----

O Presidente da mesa confirmou no Regimento e disse não ter nada a opor, pelo que iria agendar a referida reunião. No entanto, sublinhou que o orçamento da Câmara era de tal maneira restrito que ao desviarem uma verba significativa para a realização de mais uma sessão o tornaria ainda mais difícil de gerir, para o executivo. -----

Novamente no uso da palavra, Luís Testa, perante as considerações feitas, disse que o PS, ao propor a realização de assembleias extraordinárias não tinha como objetivo onerar o município. Na verdade, mantinha a intenção pessoal de doar a sua senha de presença a uma instituição de solidariedade social e se a autarquia ficasse em dívida para com ele, na próxima senha de presença, afirmou que não a iria reclamar em lado nenhum. Concluiu, dizendo que no dia em que uma autarquia colocasse questões financeiras para deixar de realizar reuniões do órgão de fiscalização, teria que agarrar na réplica já ali utilizada e dizer que não seria da lavra daquela Assembleia Municipal a nomeação de quatro vereadores a tempo inteiro, a nomeação de gabinetes, a utilização de veículos, etc. Portanto, esperava que nunca, em caso algum, as pessoas que utilizassem aqueles meios se servissem da sua posição para



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

atacar as que, no exercício das suas funções, tinham competência para as fiscalizar. -----

O Presidente da mesa disse que nem toda a gente prescindiria da sua senha de presença. No entanto, ele também poderia prescindir da sua, pois era um ato voluntário. Relembrou os presentes que teriam de ser breves, para se passar ao ponto da ordem de trabalhos. -----

### **Voto de congratulação – CLIP**

O Grupo Municipal do CLIP congratula-se com a posição tomada pelo Governo, relativamente à manutenção do Centro de Formação da GNR em Portalegre, o qual está instalado desde 1985.

O Grupo Municipal do CLIP congratula-se também com a movimentação de todas as forças políticas, sem exceção, bem como a participação de todos os cidadãos e cidadãs que se manifestaram no sentido da permanência do Centro, em Portalegre.

Na verdade e depois de ter estado iminente, em outubro passado, o seu encerramento, no início deste ano, o Governo (através dos Ministros da Administração Interna e das Finanças) autorizou a abertura de 400 novas vagas para ingresso no Curso de Formação de Guardas e a realização deste curso no Centro de Formação de Portalegre. E, no passado dia 9 de abril, na cerimónia do juramento de bandeira dos instruendos da GNR, o Ministro da Administração Interna assumiu o compromisso de não encerrar o mesmo.

Para além do papel inquestionável que o Centro assume na componente formativa dos futuros militares, a sua permanência na Cidade é, por si só, dinamizadora da economia local e geradora de riqueza, quer pela criação de postos de trabalho diretos e indiretos, quer pelo aumento dos fluxos de cidadãos que aqui se deslocam, contribuindo, de forma positiva e fundamental para mitigar o despovoamento e os impactos negativos da desertificação e do envelhecimento da população na cidade, no concelho e da Região.

Em consequência, o CLIP propõe que a Assembleia Municipal de Portalegre, reunida em 30.04.2014, aprove o presente voto de congratulação, nele exprimindo o seu reconhecimento a todos os que contribuíram para o resultado final e em particular ao Governo, pela tomada de decisão de aqui continuar a manter o Centro de Formação Profissional.

Mais se propõe que este voto seja enviado ao Governo, na pessoa de Sua Excelência, o Primeiro-Ministro, aos Representantes dos Partidos aqui representados, ao CDS e ao BE e à comunicação social.

No uso da palavra, Luís Testa disse gostar de saber se existia algum dado concreto que permitisse perceber que a manutenção do Centro de Formação da GNR era, absolutamente, definitiva? -----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

O Presidente da mesa informou que, aquando da realização do Juramento de Bandeira, em Portalegre, teve a oportunidade de pedir esclarecimento ao Ministro, pessoalmente e na qualidade de elemento da Assembleia Municipal, ao que lhe foi dito que a Escola ficaria cá, pelo menos durante o tempo em que o atual Governo estivesse em funções. -----

No uso da palavra, a Presidente da Câmara disse que também tinha questionado o Ministro anteriormente e a garantia que podia dar era de que além daqueles 450 formandos, estava prevista a vinda de mais 400, para o Quartel. -----

**DELIBERAÇÃO:** a Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por maioria, com 4 votos contra e 7 abstenções, aprovar o voto de congratulação. -

### **Declaração de Voto – CDU (Diogo Júlio)**

O nosso voto contra não é contra o facto de ficar cá o Centro de Formação, pelo qual nos batemos sempre, é porque não entendemos que seja feito um Voto de Louvor só porque não nos roubaram essa coisa. Nesta casa já foram dadas prendas e medalhas a vários Ministros e qualquer dia até fazem negócio para virem cá, para que a gente lhes dê aquelas prendas que costumamos dar.

### **Declaração de Voto – CLIP (Jorge Isidro)**

Como não podia deixar de ser, voto favoravelmente a moção apresentada, mas discordo com o seguinte teor, para o qual sugeri alternativa, que não foi aceite: “Na verdade depois de ter estado iminente, em outubro passado, o seu encerramento, no início deste ano, o Governo (através dos Ministros da Administração Interna e das Finanças) autorizou a abertura de 400 novas vagas para ingresso no Curso de Formação de Guardas e a realização deste curso no Centro de Formação de Portalegre.”

Como é do conhecimento público, em 16 de setembro de 2010 criei o “Movimento a Favor da Construção da Escola de Formação da GNR em Portalegre”. Aderiram a este Movimento várias entidades e milhares de cidadãos, todos aqueles que quiseram defender esta infraestrutura tão importante para o Concelho e Distrito de Portalegre.

Ora, qualquer cidadão deve estar sempre disponível para defender os interesses do seu Concelho e Distrito, independentemente da sua profissão, mas infelizmente há quem só o faça quando desempenha cargos políticos – é uma opção.

Discordo do teor da moção indicada pelo facto de ter ignorado e desrespeitado o esforço e a dedicação manifestada por todos aqueles que desde a primeira hora defenderam a continuidade nesta cidade da Escola de Formação da GNR. E como considero tratar-se de um assunto demasiado importante para se procurar aqui protagonismo e porque não faço caso do “diz que disse”, o que



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

conta verdadeiramente é o que é assumido oficialmente e por escrito. Nas diligências efetuadas em 19 de janeiro de 2011 recebemos correspondência oficial que garantia a continuidade da formação em Portalegre e poderia Portalegre ainda contar com o Centro de Novas Oportunidades da GNR e que a construção do novo Centro de Formação verificar-se-ia, ultrapassados os atuais condicionalismos financeiros da empresa Parpública.

Ora, perante isto, fiquei muito surpreendido com a notícia que surgiu em outubro passado, não querendo duvidar do seu conteúdo, mas não querendo contribuir para um qualquer aproveitamento político e não fazendo caso do “diz que disse”, solicito ao Presidente da mesa desta Assembleia Municipal, que diligencie junto da Sr.<sup>a</sup> Presidente da Câmara, no sentido de lhe solicitar documento oficial onde conste a possibilidade da saída de Portalegre da Escola de Formação da GNR, conforme publicado nessa altura e que seja distribuído por todos os elementos da Assembleia Municipal.

### **Declaração de Voto – PS (Luís Testa)**

Há que refletir aqui sobre o princípio ao qual devem obedecer as moções. Eu admito moções de repúdio e reivindicativas, relativamente a coisas que são nossas e que se podem ir daqui embora e admito o louvor a coisas que nós não tínhamos e que se podem aqui fixar. Agora, há coisa que eu não consigo compreender: louvar a manutenção daquilo que é nosso e que temos como nosso. Quem lança a atoarda de nós podermos perder equipamentos públicos que servem a nossa economia e a nossa população não merece louvores. Agora, à substância, ainda que curta, da moção, relativamente à qual estamos de acordo de se ter louvado o esforço da sociedade civil de Portalegre, pela manutenção da escola. Nós temos de começar a apresentar mais moções reivindicativas para trazermos aquilo que não temos e deixarmos um bocadinho o comportamento, até provinciano, de louvarmos as benesses que nos dão, como se de esmolas se tratassem.

### **Declaração de Voto – PSD (Cristóvão Crespo)**

Não considero que seria relevante apresentar um voto de congratulação em relação a este processo. Sendo ele apresentado, não poderia deixar de associar-me ao mesmo. Penso que aquilo que o Ministro assumiu publicamente foi a realização dos cursos, não assumiu que não existiriam cursos no futuro. Portanto, esta é uma realidade que nós temos consciência de que não está garantida. Penso que é necessário trabalhar sempre, para dar condições que, particularmente neste caso, seja possível ter respostas em relação ao futuro e àquilo que é preciso para continuar a manter estes equipamentos.

### **ORDEM DO DIA:**



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

### **1 – Informação da Senhora Presidente da Câmara sobre a atividade municipal, nos termos da alínea c) do n.º 2 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.**

Presentes os relatórios do executivo camarário respeitante à atividade municipal, bem como os quadros demonstrativos da situação financeira da Câmara Municipal de Portalegre e dos Serviços Municipalizados de Águas e Transportes da mesma. -----

No uso da palavra, Diogo Júlio perguntou à Presidente se já tinham resolvido a questão da falta de habitação, já antes referida, da senhora com a criança que viviam numa casa bastante degradada. Gostaria de saber se, passado aquele tempo, as coisas já tinham evoluído? -----

No uso da palavra, a Presidente da Câmara informou que foram feitas obras de manutenção na casa que a senhora habitava. A pessoa ainda não tinha mudado, mas estavam a fazer também obras numa outra casa, para que houvesse possibilidade de passar para lá.-----

Solicitando o uso da palavra, Vera Caixeiro disse que, relativamente ao encerramento das escolas primárias, gostaria de saber qual o timing definido para poderem ter uma tomada de decisão e saber se, efetivamente, as escolas se mantinham, ou não? Perguntou, inclusive, se sabia quais as escolas que estariam em melhor situação, para se evitar o encerramento e se o assunto teria sido debatido no Conselho Municipal de Educação? Se não tivesse sido debatido, qual a razão para tal? -----

A presidente da Câmara disse que o Conselho Municipal de Educação foi anterior à reunião de Évora, com a Delegada Regional. Portanto, não pôde ser debatido. Relativamente às escolas, um dos critérios apontados era numérico, ou melhor a existência de 21 alunos e tudo o que fosse abaixo daquele valor seria difícil de manter. De facto, havia duas escolas que tinham um número muito reduzido de alunos e, à partida, do outro lado, era o critério utilizado para decidirem quais as escolas em risco. Para a Câmara, os meninos não eram números e não se iriam pautar por aquela bitola. Quanto ao timing, referiu que estavam a tentar ser pró-ativos, sem estar à espera que fosse depois a própria Delegação a dizer-lhes que a escola iria encerrar. Estão a ser feitos todos os esforços para obter os dados e apresentar uma argumentação sólida, junto da Delegada Regional e de outras instâncias. -----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

Novamente no uso da palavra, Vera Caixeiro perguntou ainda à Presidente da Câmara se houvesse encerramento de escolas, estaria contemplado o transporte para a escola de acolhimento? -----

Em resposta, a Presidente da Câmara disse que, obviamente, tal como tinha acontecido nas escolas que encerraram, o transporte era uma competência da Câmara Municipal.-----

No uso da palavra, Raúl Cordeiro, relativamente à informação da atividade municipal e ao documento enviado no dia 28 de abril aos membros daquela Assembleia, disse que documentos com uma densidade tão grande mereciam que se olhasse para os mesmos com algum pormenor e com pouco tempo de antecedência para tal deixava-os desarmados, pois não eram capazes de absorver a informação e de a trabalhar conforme merecia. Portanto, solicitou que houvesse esforço, de modo a serem entregues mais cedo. Quanto ao formato dos documentos, não deveriam ter informações de cariz político. Ainda em relação à enumeração das iniciativas realizadas, como o Festival de Jazz e a Feira de Doçaria, entendia que as mesmas eram meramente descritivas e, na sua opinião, teria todo o interesse saber-se qual o impacto das mesmas, como uma avaliação de satisfação, análise de críticas e sugestões do público, etc. Perguntou à Presidente sobre qual a situação do muro do Quartel e se existia algum estudo ou alternativa de circulação rodoviária, pela limitação causada pelo mesmo? Quanto ao trabalho que estava a ser feito com as Juntas de Freguesia, relativamente aos contratos, perguntou ao Vereador Landeiro qual era o estado das negociações? Gostaria de saber qual era a situação da Escola da Praceta, porque no documento de orçamento da Câmara havia uma taxa de execução muito baixa para a escola em causa? Entendia também que alguns dados da informação da Sr.<sup>a</sup> Presidente eram redundantes porque já no relatório anterior foram no mesmo estado e que tinham a ver com o plano de urbanização; o plano da zona industrial, a Rua 1.º de Maio. Disse ainda, relativamente à estatística do público no CAEP, que continuava sem ser conhecida. Por último, fez menção a uma iniciada realizada em 28 de março, um workshop sobre a saúde mental – combate ao estigma, no auditório do Museu de Tapeçarias, com a presença de técnicos do Hospital Magalhães Lemos e do Museu Nacional Soares dos Reis, mas que na qual não pode estar presente e referindo que, curiosamente, aquela iniciativa não teve nenhum tipo de colaboração e/ou contacto com as instituições locais. Posto aquilo, solicitou à Presidente que, de futuro, quando surgissem iniciativas daquelas, tentasse fazer uma articulação com pessoas de cá. -----

No uso da palavra, a Presidente da Câmara informou que tinha havido, naquele mesmo dia, uma vistoria ao muro do Quartel e que as entidades envolvidas foram a Direção Regional da Cultura, a Câmara, a PSP, a GNR, a Proteção Civil, os SMAT. Fez-se a apreciação devida, que os deixou muito preocupados. Deu conta de que já tinham recebido resposta do Ministério da Defesa, que



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

disse remeter o assunto para o Ministério da Administração Interna (MAI) a responsabilidade da recuperação daquela cerca. Mais disse que já estiveram cá engenheiros do MAI e da GNR e não houve ainda consenso na decisão a tomar. Atualmente, aguardavam pelo relatório do MAI. Quanto à circulação na zona, optaram por não reabrir a via, porque existia a hipótese de cair. Portanto, teriam de arranjar outra alternativa rápida, pois sabiam que o bloqueio da zona era um constrangimento para a Cidade. A situação da escola da Praceta também os preocupava e, de facto, a taxa de execução era baixa. Tinham reunião marcada com o empreiteiro, e o mesmo garantiu-lhes que nos próximos dois meses iria dar um avanço substancial à escola, na parte dos acabamentos, reforçando o pessoal. Relativamente às estatísticas culturais, informou que era feita uma avaliação de todos os eventos. Contudo, por vezes, os acontecimentos eram seguidos e os dados precisam de ser recolhidos e analisados pelos técnicos, até serem apresentados no final do ano. No entanto, não se importava de introduzir tais dados no próximo relatório. Ainda em relação ao workshop sobre a saúde, congratulou-se pelo mesmo, pois veio na sequência de várias sessões mas, no entanto, não era a Câmara que o estava a promover, mas sim a Administração Regional de Saúde, juntamente com os referidos hospitais. Disse ainda que a Câmara era colaboradora e que estiveram lá presentes entidades de Portalegre.-----

No uso da palavra, Hugo Capote disse que tinham notado uma diferença daquele relatório para os anteriores, pois tinha havido uma tentativa de apresentarem factos mais relevantes, politicamente e, numa segunda parte, mais técnica e mais exaustiva. Na sua opinião, tal facto, facilitava o trabalho e a observação feita ao documento. Contudo, referiu que aqueles documentos, para serem levados a sério, o executivo teria de os fazer chegar em tempo útil aos membros, para que pudessem ser devidamente observados e estudados. O relatório pecava por algumas questões, sobre as quais gostaria de inquirir a Presidente da Câmara. A primeira tinha a ver com a questão do Museu de Tapeçarias: em que ponto é que estava a situação? Continuavam a ter um imóvel despojado de parte do seu património museológico ou já estavam a caminho de um entendimento com a proprietária do acervo? Em segundo lugar, disse estarem muito preocupados relativamente à questão da privatização das águas, nomeadamente da EGF, na perda de controlo da autarquia sobre o património da VALNOR. Embora aquele assunto não estivesse ali aflorado, o mesmo prendia-se com outro que iriam ali debater e que tinha a ver com o relatório de contas dos SMAT. Perguntou se a moção respeitante àquele assunto tinha sido enviada e se o executivo já teve algum feedback? Relativamente a um assunto muito falado na comunicação social, perguntou à Presidente da Câmara o que é que afinal se tinha passado com a firma Emivete? Por último perguntou se o relatório sobre a forma como estaria a ser cumprido, ou não, o direito de oposição, em todas as suas vertentes, visto que já estavam próximos do mês de maio e o relatório não vinha incluído?. -----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

No uso da palavra, a Presidente disse que quanto ao Museu das Tapeçarias já tinha entrado em conversações com a detentora da manufatura das tapeçarias de Portalegre e ficou acordado apresentar sugestões relativamente a um novo protocolo, por parte da Câmara. O mesmo foi elaborado e enviado por escrito, tendo obtido uma resposta, que não lhe deixou grande margem de manobra. Iria tentar para que houvesse diálogo entre as partes, de modo a solucionar a questão. Relativamente à questão da privatização das águas, referiu que têm havido reuniões e que um dos Vereadores tem acompanhado de perto a situação. Tiveram uma reunião, há dois dias, com o Presidente do Conselho de Administração, com o diretor dos SMAT e com o eng.º Pinto, em que foram convidados os restantes membros do executivo, mas que não estiveram presentes, para discutir a questão e decidir a melhor solução. Quanto ao assunto da Emivete, referiu que teve conhecimento do mesmo passado algum tempo de ter tomado posse, em 2011. Tentou saber o que é que se passava e verificou que o Presidente da Câmara, na altura, remeteu para o advogado da Câmara, uma carta recebida da firma, para análise. Acrescentou que não chegou a haver deliberação do ex-Presidente da Câmara sobre aquele assunto. Basicamente, tratava-se de um pedido de indemnização, reclamado pela firma, na ordem dos 250.000 € e dois lotes de terreno. O responsável da Emivete teve várias reuniões com a Presidente, sempre na presença dos juristas e do advogado da autarquia e reclamava que durante as obras do atual edifício camarário tinha sido lesado e porque achava que tinha direito a ser indemnizado. Mais disse ser difícil de apurar a questão, uma vez que as obras remontavam a 2004 e, estranhamente, a carta só lhes chegou em 2009. Receberam um relatório com variadíssimos dados para tentar justificar a indemnização e aquilo que os serviços concluíram foi que eram dados cujas variáveis não podiam ser estabelecidas numa relação direta de causa/efeito. Portanto, a questão seria agendada e analisada em reunião de Câmara. Ainda em relação ao tempo de entrega do relatório, disse que o faria chegar o mais rapidamente possível. -----

No uso da palavra, João Janeiro, dando seguimento ao que foi dito pela Presidente de Junta da Alagoa, disse que a situação das quatro escolas que estavam em causa preocupava todos os Presidentes de Junta e também já tinham tido uma reunião com a Vereadora da Educação. Concordou que algumas poderiam estar em melhor posição do que outras e que, no caso da de Caia, era a que estava melhor situada, no aspeto de poder ficar à mesma, mas não deixava de ser preocupante porque, no ano passado tinha acontecido a mesma situação, tinham os alunos que a lei dizia serem necessários mas depois teve de haver movimento dos pais, da Junta, da Câmara e com reuniões em Évora. Portanto, pelos números apontados ultimamente e não sendo possível arranjar mais alunos, o trabalho que estava a ser feito pelos Presidentes de Junta era fundamental para se tentar obter mais matrículas. Salientou ter feito um levantamento e a maioria das Freguesias até tinham o número de alunos necessários, só que estavam matriculados em Portalegre, o





## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

que considerou que deveria ser revisto, porque falava-se no fecho das escolas mas também não havia uma ação para que se visse onde é que os meninos estavam. Era muito complicado fechar-se uma escola e, no caso da de Caia, quis saber qual seria a alternativa a aplicar, para onde é que iriam e o que é que iria ser feito às turmas? Na sua opinião não se deveria analisar somente os números, porque têm de ser revistas as condições, bem como o efeito que tal situação provoca nas famílias e na própria educação das crianças. -----

O Presidente da mesa salientou que a questão da educação também o preocupava bastante e entendia que, efetivamente, a questão dos números não deveria ser decisiva.-----

Pedindo o uso da palavra, Maria Conceição Grilo pretendeu sublinhar a apresentação do relatório municipal e a forma como os assuntos eram colocados, pois permitiam uma leitura mais objetiva dos mesmos. Perguntou à Presidente, quanto ao ponto 3, que tinha a ver com a reabilitação urbana e habitação social, denotando o uso de diversas aspas nas palavras empregues e, perante tal, o que é que aquelas palavras-chave, naquele texto, podiam querer dizer quanto à garantia e à verdade do que as mesmas pretendiam afirmar? Ainda naquele ponto, na última frase que dizia respeito a uma proposta que a Presidente iria agendar para reunião de Câmara, a pedido dos Vereadores do PS, e onde pretendiam fazer uma nova proposta para reabilitação urbana, disse ter reparado que o relatório tinha a data de 21 de abril, entretanto teve lugar uma reunião no dia 22 de abril, e já estava marcada outra reunião para dia 5 de maio, onde não constava aquele assunto. Portanto, entre as aspas e as imprecisões sobre o que seria a reunião seguinte, solicitou esclarecimento. Também referiu o tema da educação (ponto 6), reforçando a subtileza que a Presidente colocou na escrita, na parte em que tudo o que eram problemas com que a autarquia se deparava nunca eram da sua responsabilidade, mas sim vicissitudes e sempre que assumia um compromisso, definido no tempo, o colocava entre comas e dizia que "...a entrada em funcionamento da nova "escola"...", colocando novamente as aspas e deixando a dúvida, face àquilo que era o verdadeiro sentido das palavras. Solicitou, inclusive, se seria possível enumerar as escolas em que, de facto, existia amianto? Por fim, sublinhou a ausência, no relatório, da questão da Central de Camionagem, da qual não tiveram mais novidades. -----

Em resposta, a Presidente da Câmara informou que tinha terminado naquele mesmo dia a discussão pública da Central de Camionagem, obrigatória por lei. Quanto às escolas que tinham amianto, eram as escolas do Atalaião e dos Assentos. No entanto, era de referir que aquele amianto existia somente nas zonas exteriores e estava a ser feita uma avaliação ao estado do mesmo, bem como medições das partículas na atmosfera. O último relatório feito ao amianto, naquelas escolas, pelo Instituto Ricardo Jorge indicava não apresentar perigo para ninguém. Quanto às questões da reabilitação urbana, disse que as casas foram entregues há algum tempo e portanto as pessoas



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

mudariam quando quisessem, pois já sabiam quais eram as suas casas e também já estavam calendarizadas as datas para assinatura dos respetivos contratos. Apenas não tinha já sido feito porque o Secretário de Estado e o Presidente do IRU mostraram interesse em visitar as mesmas e seria desagradável que tal acontecesse com as pessoas lá dentro. Relativamente às casas que ruíram na Rua do Comércio informou ter sido adjudicado a abertura do concurso. -----

No uso da palavra, António Ventura pediu informação sobre o edifício onde esteve o Sindicato dos Corticeiros, cujo estado implicou o encerramento e alterações do trânsito, há muitos meses, e sobre qual a solução prevista? -----

A Presidente da Câmara admitiu que não era fácil circular naquela zona e referiu que o assunto ainda estava a ser analisado no serviço jurídico da autarquia, pois teria de haver obras coercivas, uma vez que o Sindicato não tinha dinheiro para as executar.-----

No uso da palavra, Luís Testa pretendeu colocar duas questões à Presidente da Câmara. Quanto ao relatório dos direitos de oposição disse não ser verdade que no último ano tivesse sido feito e entregue. Tal pedido já tinha sido feito, sucessivamente, pelo PS, nos últimos anos e até já tinham desistido de o fazer, passando a tarefa para os eleitos da CDU. Também o registo de interesses dos eleitos municipais, depois de ter sido ali aprovado, estava para regulamentação e preenchimento do formulário. Mais disse que o professor Raúl Cordeiro tinha cometido um erro grave quando apreciou o relatório de atividades como sendo o relatório da Câmara Municipal de Portalegre, da Presidente da Câmara e dos Vereadores com pelouros, porque também lá constava as atividades em que a Câmara não era autora, mas apenas mera colaboradora. Requereu à Presidente que fosse fornecido aos eleitos daquela Assembleia Municipal o protocolo do Museu da Tapeçaria, bem como a proposta. Constatou ali, com alguma perplexidade, que as ocupações das habitações sociais, na cidade, estavam dependentes da vinda do “corta-fitas”. Considerou tal facto uma violenta acusação ao Secretário de Estado e chamou a atenção da Presidente da Câmara para que não deixasse as pessoas verem a sua vida protelada no tempo. Por último, disse ser inacreditável que a estação da rodoviária tivesse desaparecido do panorama político municipal e, afinal de contas, aquele espaço que constituiu endividamento significativo do Município, não servia para mais nada do que senão albergar uma filial de uma Junta da união de Freguesias da Sé e São Lourenço. -----

No uso da palavra, Cristóvão Crespo disse lembrar-se de ter sugerido anteriormente uma apresentação do relatório em análise, mais ou menos do género daquele, em que numa primeira parte se elencava o que era mais relevante e todas as outras seriam situações operacionais que decorriam ao longo de um período de tempo. Relativamente aos principais pontos elencados,



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

parecia-lhe haver ali pouca participação da Presidente da Câmara e do seu trabalho. Pareceu-lhe confuso o ponto relativo à reabilitação urbana e à ação social, pois não se entendia bem o papel da Câmara no processo. Notou, inclusive, que não se justificava o porquê do grande número de processos judiciais pendentes, alguns por verbas irrisórias, o que não fazia sentido. -----

Em resposta, a Presidente da Câmara disse que os processos mencionados pelo membro Crespo se tratavam de processos de contraordenação e ali não havia nada a fazer, pois tinham de seguir os trâmites legais normais. Quanto às questões da reabilitação urbana, disse já ter começado há muito tempo na Cidade e havia sempre conceitos novos. Aceitava sempre todas as opiniões e, naquele sentido, a Câmara tem trabalhado com quem sabia da matéria, mais do que eles, ou melhor, com a Câmara do Porto e de Lisboa. Inclusive, os técnicos da autarquia tiveram a oportunidade de estar no Porto e perceber o que era feito em termos de reabilitação urbana, assim como, em Lisboa. Acrescentou que a ideia que tinha sido avançada pelos Vereadores do PS, na Câmara de Portalegre, era meritória, embora não fosse inédita. Estava a ser feito um trabalho e acharam que poderia ser potenciada a discussão, em reunião de Câmara, se o fizessem com o mesmo já terminado. Foi o que aconteceu e, posteriormente, pegou-se na ideia apresentada, pois era uma boa ideia. -----

No uso da palavra, Hugo Capote disse que, pelo que percebeu, em relação ao caso da Emivete, a Presidente teria dito que não houve nenhuma assunção de dívida por parte de anteriores executivos. Contudo, ao ler o relatório, na parte técnica do gabinete jurídico, era a Câmara que levantava um processo à Emivete e outro ao BPI. Perguntou ao executivo se era assim? Uma coisa seria a Câmara não assumir uma dívida para a qual não havia deliberação, outra seria levantar-se um processo contra quem viesse à Câmara dizer que lhe tinham prometido algo e não pagaram. -----

A Presidente da Câmara da Câmara referiu que havia ali alguma confusão entre processos. Uma coisa era o processo de indemnização da Emivete, outra era o pressuposto, através da carta que a Câmara recebeu, de que a Emivete teria feito queixa a uma Associação Industrial/Química, a qual redigiu uma outra carta dirigida a ela própria e que dizia que não cumpria o assumido pelo ex-presidente da Câmara Municipal de Portalegre, no anterior mandato e, por conseguinte, era acusada de má conduta ética e profissional. Adiantou que não sabia em que moldes é que aquela Associação teria recebido tal informação, mas uma coisa era certa: não podia cumprir com algo que nunca foi deliberado e que não existia nada na Câmara. Portanto, pela forma como tinha sido dirigida a carta, ela própria solicitou ao gabinete jurídico que a analisasse e perceber se existia matéria de facto, ao que lhe foi dito que sim e que deveria ser feita comunicação ao Ministério Público, uma vez que era acusada de algo



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

que não cumpriu e que, de facto, não existia nenhuma assunção feita pelo ex-Presidente da Câmara, nem qualquer deliberação feita na autarquia. -----

No uso da palavra, Conceição Grilo referiu ter ali colocado uma questão sobre a qual não obteve resposta e que tinha a ver com o agendamento do ponto proposto pelos Vereadores do PS, para discussão da reabilitação urbana. Disse ter tido a oportunidade de ouvir a explicação da Presidente, relativamente às intenções que tinha sobre o assunto. No entanto, o que acontecia era que ao ter estado presente na reunião de Câmara, no passado dia 10 de março, onde aquela intenção de proposta foi apresentada e onde a Presidente da Câmara não esteve presente. Foi lá deliberado levar o assunto à reunião seguinte. Contudo, tal não aconteceu e estava já agendada outra reunião, para dia 5 de maio, e o assunto não constava em agenda. Perante tal facto, se o Vereador do PS não tinha tido a oportunidade de apresentar a proposta, perguntou à Presidente o que é que iria levar a reunião de Câmara, visto que não tinha o assunto base, para o poder discutir. Pretendeu também comentar a visão enviesada da prática democrática que aquela autarquia tem praticado diariamente. Um exemplo daquilo era a forma como foi tratada a moção do caso BPI, assim como a forma como os vários pedidos da oposição eram tratados. A candidatura da CLIP foi uma candidatura que se tinha apresentado para fazer diferente e, no entanto, não se via onde é que estava a diferença, face à prática dos partidos políticos.-----

No uso da palavra, a Presidente da Câmara lembrou já ter esclarecido ali a questão do agendamento da reabilitação urbana. -----

### **2 – Ata n.º 4, relativa à reunião realizada em 26 de fevereiro;**

Presente a ata n.º 4, relativa à reunião realizada em 26 de fevereiro.

Solicitando o uso da palavra, Rui Simplício disse que as atas continuavam a ser compridas e exaustivas demais e verificou que ainda não se tinha chegado ainda a nenhuma conclusão para um novo modelo das mesmas. Na sua opinião, as atas deviam basear-se no essencial, sem os assuntos de menor importância. Mais referiu que nos órgãos autárquicos havia sempre um elemento da mesa responsável pelas atas, pois não poderia ser o funcionário administrativo que as elabora o responsável pelas mesmas. -----

O Presidente da mesa, relativamente à primeira questão, disse que estava a ser considerada em sede de alteração de Regimento e já tinha sido decidido, juntamente com o PS, na pessoa do membro Luís Testa, que as atas deveriam estar de acordo com a lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, em que só conterão os pontos, as deliberações, as declarações de voto, etc. Portanto, passaria a ser assim feito, só que ainda não tinham tido tempo para fazer a revisão total



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

do Regimento, a qual deveria ficar concluída durante o mês de maio. Relativamente à responsabilidade das atas, referiu que estava definida em Regimento e era do primeiro-secretário da mesa. Apelou ainda aos partidos para a importância de estarem presentes em futuras reuniões de representantes, de modo a concluírem certos assuntos pendentes. Mais disse que, em relação à revisão do regimento, iriam seguir uma metodologia ligeiramente diferente e seria apresentado um draft do mesmo, já na próxima reunião, para ser discutido. -----

Novamente no uso da palavra, Rui Simplício propôs que o suporte áudio da gravação das atas se mantivesse guardado durante sete anos, e não 5, e que ficasse compatível com outros sistemas.-----

O Presidente da mesa informou que a duração do arquivo dos registos sonoros tinha ficado decidido prolongar por cinco anos, com o acordo do PS. Relativamente ao formato dos registos áudios, já falou com o gabinete de apoio técnico e a hipótese da compatibilidade era viável. -----

No uso da palavra, Cristóvão Crespo solicitou a benevolência à mesa no atraso de envio da declaração de voto do seu partido, respeitante à reunião de fevereiro, daquela Assembleia, a qual passou a ler: “ Os eleitos do PSD na Assembleia Municipal de Portalegre votaram contra as moções do PS e da CDU, porque consideram que as mesmas não fazem sentido no contexto dos princípios da administração da justiça no concelho e no distrito de Portalegre. O princípio orientador da reforma para a reorganização judiciária foi a adoção dos distritos administrativos como base territorial, através da sua consagração na lei 62/2013, de 26 de agosto. Dado que as capitais de distrito são as centralidades sociais que melhor são identificadas, de forma clara e imediata, por parte das populações e dispõem de acessibilidades mais homogêneas no território, consideramos este princípio fundamental na defesa da região. Assim, dado que a reorganização judiciária valoriza o distrito e o distrito de Portalegre, votámos contra as moções apresentadas.”-----

O Presidente da mesa disse ao membro Crespo para fazer chegar a moção aos serviços administrativos. Iriam passar então à votação da ata. -----

**DELIBERAÇÃO:** a Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por maioria, com uma abstenção, aprovar a respetiva ata.-----

### **3 – Documentos de prestação de contas de 2013 dos Serviços Municipalizados de Águas e Transportes da Câmara Municipal de Portalegre;**



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

- Deliberação de 7.04.2014 -

Presente ofício dos Serviços Municipalizados de Águas e Transportes da Câmara Municipal de Portalegre, de 01 de abril de 2014, a remeter informação sobre proposta de aplicação de resultados e Documentos de prestação de contas de 2013. A Câmara Municipal tomou conhecimento e deliberou, por maioria, com os votos contra dos Vereadores Pinto Leite, Miguel Monteiro e Luís Pargana, aprovar o documento. Mais foi deliberado, por maioria, votos contra dos Vereadores Pinto Leite; Miguel Monteiro e Luís Pargana, que o resultado em 2014 seja transferido para os resultados transitados, o que nesta situação transitará para o exercício seguinte. -----

No uso da palavra, Raúl Cordeiro disse que havia ali uma questão formal que deveria ser corrigida, uma vez que na minuta da ata 07, da Câmara Municipal, relativamente à deliberação dizia que: “...tomou conhecimento e deliberou, por maioria, com os votos contra dos vereadores Pinto Leite, Miguel Monteiro e Luís Pargana, aprovar o documento de prestação de contas de 2013.”, no entanto, parecia-lhe que o documento tinha sido aprovado por unanimidade e não por maioria, embora houvesse uma segunda parte em que era feita uma declaração de voto. Portanto, a informação enviada à Assembleia era imprecisa naquele aspeto e deveria ser corrigida. Referiu ainda que havia uma questão que os preocupava e que era de realçar, a qual dizia respeito às declarações de voto, feitas já em sede de reunião de Câmara, em que os resultados transitados continuavam a vigorar como resultados negativos e não eram compensados pelo pagamento que deveria ser efetuado pela Câmara aos Serviços Municipalizados. Tal facto iria criar uma situação que acumulava para os anos seguintes. Acrescentou que, na generalidade das entidades, aquele tipo de resultados só poderia ser compensado com receitas. No caso dos SMAT, tais receitas só seriam possíveis aumentando as tarifas das águas, dos saneamentos, dos transportes, ou então a Câmara, dentro do perímetro consolidado das suas contas, compensar os SMAT dos 132.000€ e assim corrigir o orçamento dos Serviços Municipalizados. Voltou a manifestar a preocupação acerca do orçamento e das grandes opções do plano para 2014, nomeadamente nas perdas que estavam a ser registadas, todos os anos, ao nível dos Serviços Municipalizados, devido à antiguidade da rede de águas e das perdas existentes, conforme o relatório apontava, com o envelhecimento do parque de transportes públicos, que precisa de uma estratégia de renovação e com outras questões que tinham a ver com a qualidade e importância daqueles serviços públicos, essenciais aos cidadãos de Portalegre. Portanto, votariam a favor do documento de prestação e contas, mas com a ressalva da não concordância com aquela questão dos resultados transitados não serem compensados pela Câmara Municipal. -----

No uso da palavra, Miguel Serafim disse, relativamente à prestação de contas dos Serviços Municipalizados, que a lei 50/2012, que estabelecia o regime



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

jurídico da atividade empresarial local e das participações locais, no seu ponto 2, do art.16.º, aplicável aos Serviços Municipalizados, referia que as perdas que resultassem da exploração eram cobertas pelo orçamento municipal. Saliu ali a discutir a aprovação das contas do exercício de 2013, em que infelizmente os resultados líquidos foram negativos e a única forma de não serem negativos, mantendo-se aquela exploração, seria se a cobertura tivesse sido feita ainda durante o ano de 2013. Não via outra alternativa em relação à aplicação dos resultados líquidos negativos. A Câmara nunca assumiu que não iria fazer a cobertura daquelas perdas e estava sensível para aquele aspeto, de modo a compensar as mesmas. Mais disse que os resultados líquidos negativos eram altamente explicados pelo crescimento das despesas com o pessoal, porque em termos dos proveitos operacionais, no que dizia respeito às vendas e prestações de serviços, ficaram reduzidos em apenas 1,8%, num contexto de dificuldades para as famílias e para as empresas. Portanto, o crescimento de 9% de despesas com o pessoal representava ali um total de 114.000€, decorrentes do facto de terem sido pagos os subsídios de férias e de natal a todos os trabalhadores, o que não tinha ocorrido no exercício de 2012, assim como o aumento da contribuição por parte da entidade patronal, para a caixa geral de aposentações, de 15 para 20%. -----

O Presidente da mesa chamou a atenção para o facto do documento de prestação de contas e a proposta da aplicação de resultados ter sido aprovado por maioria, em reunião de Câmara e o que tinha sido por unanimidade foi o documento de prestação de contas da esfera orçamental e de fluxos financeiros.-----

No uso da palavra, Hugo Capote relevou que, pela primeira vez na sua história, os SMAT apresentavam um resultado negativo. Provavelmente não era devido somente ao facto de se terem pago subsídios de férias, porque em 2011 também se pagaram e os resultados foram positivos. O que o preocupava, seriamente, era o que é que iria ser feito dali para a frente, porque se continuasse a haver resultados negativos, provavelmente, o orçamento da Câmara continuaria a não poder compensar aqueles mesmos resultados negativos e depois seria a própria viabilidade da empresa que seria posta em causa. Acrescentou que, se fosse administrador, não queria estar dentro do perímetro orçamental da Câmara, porque para não receber a totalidade daquilo a que tinha direito e ainda receber trabalhadores para funções que eram da Câmara, pagando horas extraordinárias que competiam à Câmara pagar. Perante tal situação, considerava que a Câmara não deixava os serviços municipalizados crescer, não investia no parque automóvel, nem nas condutas, nem naquilo que era a razão de ser da sua função, embora tivesse os seus condicionalismos mas, por outro lado, era obrigada a fornecer mão-de-obra. Constatavam ali que, apesar de serem compreensíveis as razões orçamentais e financeiras, o problema que se punha era o que é que iria acontecer dali para



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

a frente e se iriam cobrar mais tarifas de águas aos portalegrenses e acabar com as poucas carreiras existentes. Relevou que a lei atrás mencionada por Raúl Cordeiro estipulava que as empresas municipais que apresentassem resultados líquidos negativos em três anos consecutivos seriam para acabar. --

No uso da palavra, Luís Testa achou que, naquele debate, estavam perante opções de gestão por parte dos Serviços Municipalizados e perante a circunstância do resultado da operação ser negativo, realçou que à Câmara competia-lhe tomar uma de duas opções: transitar os resultados negativos para o exercício seguinte, embora perante as circunstâncias decorrentes da leitura da lei fosse a opção mais perigosa; ou, numa segunda possibilidade, compartilhar a empresa, pagando pelo serviço público que prestava. No perímetro orçamental do Estado, era assim que funcionavam as empresas e em que existia uma coisa chamada capital estatutário no qual, havendo resultados líquidos negativos naquelas empresas, das duas uma: ou se tornavam deficitárias e os défices crónicos bastariam ser negativos no período de três, para dissolução da empresa; ou então os resultados líquidos seriam amortizados por capital estatutário, o qual teria por objetivo apenas uma coisa que seria o pagamento de serviço público, que competia à esfera pública, e que era prosseguido por empresas públicas. Na sua opinião, os SMAT prestavam um grande serviço ao concelho e a sua gestão ao longo de décadas foi meritória e a única forma que o município, atualmente, teria para por a salvo a subsistência dos SMAT era intervir diretamente com o seu capital estatutário, nomeadamente, fazendo as transferências que lhe eram competidas. Portanto, houve uma opção, que presumia não ter sido proposta pelo conselho de administração dos SMAT, que era a transição dos resultados negativos para o exercício seguinte, o que lhe parecia ser derivado a que, do ponto de vista económico-financeiro, na própria empresa era vantajoso que assim acontecesse e que perante o enunciado das opções que se afiguravam ao município, optou pela mais simples, embora não fosse a mais correta. Referiu ainda, que a principal questão era saber se o município pagava, no exercício de 2013, ou pagaria mais adiante, com prejuízos claros para os SMAT, ou então, na falta daqueles prejuízos claros, para os munícipes? A outra terceira alternativa de recuperação daqueles resultados líquidos negativos era que os mesmos se refletissem nas contas da água, dos resíduos, das taxas de transporte, etc., que seria a mais gravosa para Portalegre e para os portalegrenses, para os SMAT e para o Município. Por último, disse que, naquela matéria, se houve vontade e força política para alocar verbas no montante de 400.000€, a coisas duvidosas, também deveria ter havido a coragem e a determinação para pugnar, para se salvar os Serviços Municipalizados.-----

Solicitando o uso da palavra Cristóvão Crespo disse ser fundamental perceber a relação financeira entre os SMAT e a Câmara Municipal, assim como a relação operacional porque, na sua opinião, por vezes não havia uma





## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

segregação adequada naquelas funções, o que depois gerava situações que, muitas das vezes, eram em prejuízo de umas entidades e em detrimento de outras. Portanto, ao baralhar aquela relação acabaram por induzir a perdas de eficiência naquele funcionamento. Seria necessário que tivessem atenção sobre o que é que estava ali em causa e agir sobre os problemas. Perguntou de onde é que advinha a verba dos resultados extraordinários, de 250.000€ em 2012 e de 258.000€ em 2013? Relativamente à questão das transferências correntes para a Câmara Municipal, no valor de 1.380.000€, perguntou como é que estavam refletidas nas contas? -----

No uso da palavra, Raúl Cordeiro disse solicitou ao Presidente da mesa que desse a palavra aos Vereadores da Câmara, para esclarecerem a dúvida sobre a deliberação atrás mencionada, se tinha sido por maioria ou unanimidade? Quanto à questão do equilíbrio das contas, referiu que a legislação invocada pelo membro Miguel Serafim também dizia que o princípio principal das empresas locais era o de apresentarem resultados anuais equilibrados. E aquele princípio básico tinha de se aplicar da mesma forma às empresas públicas. O princípio alternativo era o de que quem devesse a quem pudesse fazer a transferência da verba em dívida. Portanto, a solução existia, era pois necessária a vontade para tal. Tendo havido já três alterações ao orçamento de 2014, existia ainda a possibilidade de fazer uma quarta alteração ao mesmo e corrigir o défice dos resultados negativos dos 132.000€ dos SMAT. Caso contrário, se deixassem transitar aqueles resultados negativos para o ano seguinte, não haveria garantia nenhuma de cobertura. Questionou se existia algum compromisso de que a verba iria estar inscrita no orçamento de 2015?

No uso da palavra, Miguel Serafim, quanto à possibilidade de dissolução, no caso da existência de resultados líquidos negativos durante três exercícios, disse que pela leitura que fez da lei, aquela condição era aplicável às empresas locais. A lei tinha dois capítulos separados: um relativo aos Serviços Municipalizados e outro relativo às empresas locais. Quanto à dimensão dos resultados extraordinários, recordou que os subsídios ao investimento eram registados em cada exercício, na rubrica de resultados extraordinários, como um proveito extraordinário e na relação direta com as amortizações respeitantes ao imobilizado, que foi objeto de apoio, nomeadamente em candidaturas que pudessem ser aprovadas. Por último disse que, quanto às opções mencionadas por Raúl Cordeiro, não as entendia como tal, porque não eram mutuamente exclusivas e seriam opções forçadas, em virtude da realidade financeira do Município. No entanto, não excluía a possibilidade de uma compensação futura. -----

No uso da palavra, Hugo Capote salientou que nos documentos que sustentavam aquele ponto havia um problema, porque na ata existiam duas votações no ponto. A questão era que ele não poderia ter votado contra umas contas das quais tinha sido responsável, uma vez que foi gestor dos SMAT, no



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

exercício anterior. Portanto, votaria a favor pois as contas estavam bem. Provavelmente, votariam a favor do exercício de contas, mas com declaração de voto. -----

Solicitando o uso da palavra, Jorge Isidro disse que perante aqueles resultados apresentados como negativos, pela primeira vez, se devia fazer uma análise rigorosa ao funcionamento dos SMAT. As conclusões que dali fossem retiradas, teriam de ter uma tomada de decisão. Mais disse já terem havido várias Câmaras que tiveram de tomar opções para resolverem situações daquele género. -----

No uso da palavra, Luís Testa disse que a questão que estava ali em causa não eram as contas. Basicamente, o que estava em causa era o poder de intervenção na opção política. A sua intervenção anterior tinha sido no sentido de discordar da opção política relativa à aplicação dos resultados transitados. Salientou que, mesmo que a lei não obrigasse à extinção, pelo decurso dos três anos consecutivos de resultados financeiros negativos, tornava-se fácil concluir que não haveria outra possibilidade que não fosse a dissolução dos Serviços Municipalizados. Portanto, ou se valorizava o património que os SMAT legaram durante décadas, com exercícios sistematicamente positivos, ou então deixavam que uma opção errada pudesse constituir exemplo no futuro e que levasse à extinção de uma estrutura válida para o Município. -----

O Presidente da mesa, perguntou se alguém do executivo queria usar da palavra, para prestar esclarecimentos sobre aquele assunto. -----

No uso da palavra, o Vereador António Landeiro começou por retificar um aspeto, informando que houve duas votações em reunião de Câmara: uma para aprovar a prestação de contas e outra para aprovar o exercício transitado. Numa primeira foi votado por unanimidade e numa segunda por maioria, do CLIP, em relação aos outros três Vereadores. Salientou que, não sendo economista, iria fazer ali uma exposição dos Serviços Municipalizados, os quais prestavam um bom serviço de âmbito social, ao Concelho. De uma forma geral tinham três áreas fundamentais: as águas e, paralelamente, as verbas do saneamento e dos resíduos, transferindo para a Câmara tudo o que estava inerente; em segundo lugar a área do estacionamento, em que o de superfície estava concessionado à Resoparque, embora tivesse na sua gestão o estacionamento subterrâneo; a terceira área dizia respeito aos transportes, na qual, efetivamente, surgiu o grande prejuízo. Naturalmente, havia ali várias leituras a fazer, desde pagamentos de leasing de alguns autocarros, etc. Mais referiu que, durante muitos anos, a Câmara foi o grande cliente dos Serviços Municipalizados, na forma de apoio às associações culturais e desportivas, que já não se fazia. Era a dura realidade e, por outro lado, tinham noção que a grande maioria das carreiras não eram lucrativas. Havia, pois, um serviço público e social, o qual teria de ser considerado, em termos da gestão.



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

Acrescentou que existiam ainda as perdas de água, que se têm vindo a corrigir e, ressaltou que entre a água faturada pelas águas do Norte Alentejano e a água que a autarquia faturava havia uma diferença muito grande. Portanto, os aspetos negativos estavam sinalizados, assim como as dívidas de valor muito considerável, por parte das famílias de etnia cigana, os quais deviam dezenas de milhares de euros. Era um problema de âmbito social, que foi herdado e que nunca foi resolvido, tendo vindo a acumular, mas que teria de ser resolvido. Havia um aspeto, já aflorado, que tinha a ver com trabalhadores, porque alguns colaboravam de forma direta e outros eram pagos pela outra parte. Teria de haver um trabalho de colaboração entre as partes, de modo a serem resolvidos os problemas, no futuro próximo.-----

Novamente no uso da palavra, Cristóvão Crespo disse concordar com a situação identificada pelo Vereador, uma vez que não era nos Serviços Municipalizados que tinham de ter a componente social. Na sua ótica, a componente social tinha de ser assumida pelo Município, porque os Serviços eram um órgão especializado para fazer a exploração da água e dos transportes. Seria importante não embrulhar as coisas, nem levar à desresponsabilização completa.-----

Usando da palavra, a Presidente da Câmara lembrou ter assumido que a Câmara iria, evidentemente, responsabilizar-se pelas perdas e encontrar uma solução. Relativamente à componente social, relevou que a Câmara a assumia e, felizmente, passou a ser mais eficiente, relativamente à forma como geria a dita componente social e exemplificou que, durante muitos anos, qualquer pessoa que apresentasse documentos, comprovando que era carenciada, poderia ter acesso ao cartão social, com direito a determinados benefícios, mesmo que não o utilizasse. No entanto, ter o cartão sem lhe dar uso, não valia a pena e a Câmara tinha de pagar, aos SMAT, 29,00€ por cada cartão emitido. Perante tal, ficou deliberado em reunião de Câmara, com a concordância de todos os Vereadores, que teriam de dar o cartão só a quem o utilizasse e precisasse realmente. As pessoas poderiam ter à mesma o cartão social para a água e para os medicamentos. Contudo, se não o utilizasse nos transportes, a Câmara não poderia estar a pagar 29,00€, por pessoa, todos os meses. Foi todo aquele trabalho e controle que fez com que baixasse a componente de transferência daquele dinheiro para os SMAT. Concluiu, afirmando que aquilo que a Câmara não conseguisse fazer agora, iria fazê-lo mais à frente. -----

No uso da palavra, Luís Testa disse que a intervenção da Presidente enfermava de erros contabilísticos, pela simples razão de que o retirar do cartão social a várias pessoas, poderia funcionar do ponto de vista pedagógico, relativamente à utilização de meios públicos, num grupo de pessoas, em concreto. No entanto, se desonerava o Município na participação, por aquela via, os SMAT, estava a retirar-lhe equilíbrio financeiro. Portanto, a Presidente da Câmara teria duas opções: ou continuava a pagar por aqueles passes que não eram utilizados; ou então pagava mais pelos outros porque,



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

como era óbvio, o volume de transporte proporcionado pelos SMAT, a serviço do Município, continuava a ter os mesmos custos inerentes e se aquela seria a função social que o Município tinha de ter e a se a Presidente honrar os compromissos assumidos para com a prossecução, por parte dos SMAT, daquilo que eram os fins do Município, teria de arranjar uma outra forma de remunerar os SMAT. Na sua opinião, a Presidente não se poderia colocar aos Serviços Municipalizados conforme se colocava relativamente a outros prestadores de serviços, porque não podia regatear da mesma forma com aqueles.-----

**DELIBERAÇÃO:** a Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por maioria, com 2 abstenções, aprovar os documentos de prestação de contas dos SMAT.-----

### **Declaração de voto – CDU (Hugo Capote)**

A nossa declaração de voto é a subscrição de voto do nosso Vereador, no executivo camarário, com uma pequena ressalva: é que no final da declaração ele justifica a declaração como um voto contra. Agora, não faria grande sentido subscrever e depois, no final, um voto favorável como um voto contra. Politicamente, era o que lá está, a última frase é que deve ser retirada da nossa votação.

### **Declaração de voto – PS (Raúl Cordeiro)**

O grupo do Partido Socialista subscreve também a declaração de voto efetuada pelos Vereadores do PS, na reunião de Câmara respetiva.

### **4 – Prestação de contas da esfera orçamental e de fluxos financeiros dos SMAT, de 17/10 a 31/12;**

- Deliberação de 22.04.2014 -

Presente ofício dos Serviços Municipalizados de Águas e Transportes da Câmara Municipal de Portalegre, de 15 de abril de 2014, a remeter documentos de prestação de contas da esfera orçamental e de fluxos financeiros. A Câmara Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, aprovar os documentos de prestação de contas da esfera orçamental e de fluxos financeiros.-----

**DELIBERAÇÃO:** a Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por maioria, aprovar a prestação de contas da esfera orçamental e de fluxos financeiros dos SMAT.-----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

### **5 – Relatório de gestão e prestação de contas de 2013 da Câmara Municipal de Portalegre;**

- Deliberação de 22.04.2014 -

Presente o Relatório de gestão e prestação de contas de 2013 da Câmara Municipal de Portalegre. A Câmara Municipal tomou conhecimento e deliberou, por maioria, com os votos contra dos Vereadores Pinto Leite, Miguel Monteiro e Luís Pargana, aprovar o documento.-----

Solicitando o uso da palavra, Luís Testa pretendeu chamar a atenção para o facto de não lhes ter sido trazido, nem para conhecimento, nem para deliberação, as contas e os documentos relativos à Fundação Robinson, sendo que, pela primeira vez, se assumia ali um papel diferenciado, relativamente a anos anteriores. Relembrou que tinha sido deliberado a concentração da Fundação Robinson no perímetro orçamental do Município e tendo em conta a mesma, em 2012, e o facto de que o órgão de fiscalização da Câmara era a Assembleia Municipal, obviamente que assumia ali um papel reforçado também às contas da Fundação Robinson. Presumia que, estando aquela Fundação concentrada no perímetro orçamental do Município, a Assembleia deveria deliberar sobre as contas da mesma e, contudo, o quadro era diametralmente diferente. Referiu que quem geria os destinos do Município parecia não ter entendido a alteração do quadro. Recordou que no mandato anterior tinha havido um período em que ele próprio levantou a possível incompatibilidade do Vereador Nuno Santana fazer observações, tomar parte nas votações e utilizar da palavra nas reuniões de Câmara quanto à Fundação que, na altura, estava fora do perímetro orçamental do Município e de cujos órgãos o Vereador Nuno era membro. Atualmente, ao lerem as atas das reuniões de Câmara, viam sistematicamente que quando era colocado a discussão qualquer ponto daquela Fundação, o Vereador se ausentava da sala. Achava estimável o cuidado que o mesmo tinha mas, a partir do momento em que a Fundação entrou para o perímetro orçamental do Município, a obrigação invertia-se, pois o Vereador Nuno Santana era titular de um órgão da Fundação que se encontrava no perímetro do Município, tal como o Vereador António Landeiro que nunca se ausentava da sala quando lhe eram pedidos esclarecimentos relativamente ao funcionamento dos SMAT. Portanto, pela mesma via de razão, hoje deveriam estar ali a apreciar as contas da Fundação Robinson e não estavam. Portanto, era necessário saber que género de danos poderia contribuir, relativamente à Fundação Robinson, o facto da Assembleia Municipal desconhecer por completo aquelas contas. Gostaria, pois, de saber qual a razão que levou a que as contas não fossem presentes àquela Assembleia Municipal, para deliberação?-----

No uso da palavra, a Presidente da Câmara disse que, de facto, as contas da Fundação eram para estar ali, mas não estavam e assumia a responsabilidade



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

por tal lapso. Contudo, informou não haver equívoco nenhum de contas, apenas no agendamento.-----

O Presidente da mesa disse que esteve no conselho de curadores, em que foram aprovadas contas. Efetivamente, deveriam ter sido ali presentes mas, por razões operacionais, tal não foi possível. Iriam ser apresentadas na próxima sessão extraordinária.-----

Novamente no uso da palavra, Luís Testa disse ter percebido a controvérsia ali gerada com as contas e realçou que só com o conhecimento das contas da Fundação é que se conseguia perceber a abrangência e o reflexo nas contas do próprio Município. Todos ali deveriam saber que havia rubricas que integravam contas da Fundação, mas que sem a leitura dos mapas das mesmas seria impossível de confrontar a realidade com os mapas que lhes eram ali apresentados. Portanto, achava que não estariam ali em condições de votar as contas da autarquia, porque desconhecia, formalmente, parte dos movimentos que lhe davam origem e nenhum dos presentes, em consciência, poderia dizer que tinha conhecimento cabal que lhe permitisse aprovar, em mácula, aquelas contas. -----

No uso da palavra, Cristóvão Crespo disse que havia ali uma questão fundamental em ressalva, pois a prestação de contas deveria refletir outros factos que fossem relevantes. Estranharia se fizessem uma sessão extraordinária com a questão da indemnização ao CAEP, se a prestação de contas e até a certificação das mesmas, pura e simplesmente, não colocasse nada sobre aquela matéria. -----

No uso da palavra, Hugo Capote entendia que, a partir do momento em que se tinha feito a consolidação entre as contas da Câmara e as da Fundação Robinson, o facto de não terem ali apresentado as contas da Fundação com o relatório do orçamento, sendo aquele uma prestação de contas de um exercício anual, em que supostamente uma parte estaria ali refletida, não deixava ninguém à vontade. Apenas iriam ali aprovar qualquer coisa que, embora possa estar correto do ponto de vista contabilístico, mas que seria a mesma coisa de terem uns milhões de euros, refletidos noutras contas, mas que não apareciam ali. Na sua opinião, perante o equívoco verificado, seria talvez mais conveniente esperar para que as contas da Fundação estivessem refletidas e, posteriormente, aprovarem a prestação de contas de 2013 da Câmara Municipal de Portalegre. -----

A Presidente da Câmara voltou a referir que as contas deveriam estar ali presentes, mas houve um equívoco. -----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

No uso da palavra, Rui Simplício disse que se as contas da Fundação tinham sido dadas ao conhecimento da Câmara, não foram ainda votadas pela mesma. -----

A Presidente da Câmara informou que não teriam de ser votadas pela Câmara, uma vez que a Fundação era uma entidade pública de direito privado. -----

Novamente no uso da palavra, Rui Simplício era da opinião de que as contas deveriam ter sido votadas em reunião de Câmara e, só depois faria sentido serem ali apresentadas e votadas na Assembleia Municipal. Posto aquilo, disse que votaria contra a prestação das contas. -----

No uso da palavra, Luís Testa disse não saber onde é que a Presidente tinha ido buscar a fundamentação de que as contas da Fundação não tinham de ser votadas pelos órgãos municipais. Havia ali uma questão a ter em consideração, pois não era o facto de a Fundação ser uma entidade de direito privado que a desresponsabilizava das suas contas terem de ser votadas nos órgãos municipais. Além de que, o facto de a Fundação ter entrado para o perímetro orçamental do município obrigava a que os Vereadores e o órgão deliberativo votassem as mesmas, pois aquela sim, era a grande consequência séria da entrada da mesma no perímetro do Município, para que se passasse a ter o controlo efetivo dos destinos da Fundação em causa. Em conclusão, relevou que os Vereadores tinham o direito e o dever de deliberarem sobre as contas da Fundação, assim como o órgão fiscalizador tinha o dever de as sancionar.

**DELIBERAÇÃO:** a Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por maioria, com o voto de qualidade do Presidente da mesa, aprovar o Relatório de gestão e prestação de contas de 2013 da Câmara Municipal de Portalegre. -

### **Declaração de voto – PS (Raúl Cordeiro)**

Em nome do grupo do PS e apoiando aquilo que foi a declaração de voto dos Vereadores do partido, em sede de reunião do executivo, referiu que em relação àquilo que é apresentado no Relatório de gestão e prestação de contas de 2013 da Câmara Municipal de Portalegre, o grupo do PS vota contra, pelos motivos que passamos a descrever:-----

Os dados que são apresentados, relativos à Câmara Municipal, aos Serviços Municipalizados e ao Mercado Municipal revelam de forma clara e inequívoca o descalabro financeiro, sem qualquer investimento estruturante e com um endividamento que é galopante.

O abatimento da dívida a bancos e a outros fornecedores tem sido suportada à custa de receitas extraordinárias que, na maior parte dos casos, não é repetível pelo que, na prática, a Câmara continua a gastar mais do que a receita. Portalegre é uma cidade a cair, com ruas fechadas, mas ainda há festas e ações de promoção do que não há, com dinheiro que não existe.



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

As dívidas aos bancos, às empresas locais, associações, ADSE, Águas do Norte Alentejano, VALNOR e outras entidades, diminuíram apenas cerca de quatro milhões de euros, durante 2013. Mas as dívidas de terceiros à Câmara diminuíram em seis milhões. Há aqui, claramente, diferenças que são inexplicáveis, com destaque para a obscuridade das contas da Fundação Robinson.

No conjunto, a dívida da Câmara Municipal está já em 42.000.000€. Um mito que cai por terra, o de que a Administração Central mudou as regras do jogo, relativamente aos limites de endividamento e, por isso, a Câmara não os pode cumprir, como já esperávamos e já não cola nos argumentos apresentados.

Afinal, mesmo pelas regras anteriores, ainda que a lei não tivesse sido alterada, como foi, a Câmara, por mais ginástica que fizesse, não conseguiria cumprir os limites de endividamento estabelecidos. Aliás, isso é nota de destaque naquilo que são as observações feitas pela certificação legal de contas, de uma forma muito clara, dizendo que a Câmara não cumpre os limites estabelecidos na lei. Ainda que a lei não tivesse sido alterada, a Câmara continuaria sempre em incumprimento, apresentando neste momento um excesso de endividamento, a médio e longo prazo, de cerca de 9,5 milhões de euros e um excesso de endividamento líquido de 3 milhões de euros.

Sacrificaram-se de forma indecorosa as freguesias; em 2013 sofreram um corte de 100.000€, no valor inicialmente orçamentado. Sacrificam-se as atividades das associações, das coletividades e exige-se aos Portalegrenses que se habituem a viver num Concelho sem dinheiro para arranjar as ruas, as estradas, as escolas e com uma reabilitação urbana parada e sem resultados visíveis e com políticas sociais, meramente assistencialistas, que criam necessitados para depois os ajudar.

Corta-se no direito do apoio ao desporto e não existem políticas dirigidas aos jovens de Portalegre.

Sobre a cultura, uma competência que deveria ser da Câmara Municipal, é entregue, de forma indireta, à Fundação Robinson, esvaziando o Município dessa responsabilidade. A Fundação continua a fazer ajustes diretos a empreiteiros de empresas normalmente fora de Portalegre, a prestadores de serviços diversos, sem que se vejam quaisquer resultados da sua atividade.

A Fundação Robinson vai fazendo de tudo um pouco, como se de uma segunda Câmara se tratasse, mas que nem sempre consegue salvaguardar o património arqueológico, deixado pela antiga Fábrica da Robinson.

Em suma, além do voto político contra a desastrosa situação financeira, juntamos um voto de desconfiança, em relação às contas consolidadas do Município, como aliás vem expresso em pelo menos duas alíneas escritas pela empresa que faz a certificação das contas.

Continuaremos desta forma e segundo aquilo que é nosso direito, como entidade fiscalizadora da Câmara, a escrutinar de forma clara e inequívoca a atividade e a situação financeira da Câmara e da Fundação porque, só assim, conseguiremos avaliar a situação real do nosso Concelho.





## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

### **Declaração de voto – CDU (Hugo Capote)**

O nosso voto contra o relatório de contas não se deve ao exercício contabilístico que ele representa, mas sim ao acharmos que é um documento incompleto e que não reflete, no fundo, a totalidade e a cabal evidência de todo o exercício financeiro da Câmara, durante o ano 2013.

*Pedindo o uso da palavra, Cristóvão Crespo disse que apresentaria depois uma declaração de voto por escrito.*

### **Declaração de voto – CLIP (Miguel Serafim)**

Quer na declaração de voto dos Vereadores do PS, quer na que foi expressa pelo grupo municipal do PS, foi referido que o abatimento de dívida a bancos e a outros fornecedores tem diminuído apenas, e saliento, é uma saliência minha, apenas à custa de receitas extraordinárias e não repetível, pelo que na prática a Câmara continua a gastar mais do que a receita.

O membro Cristóvão Crespo interrompeu, perguntando se aquilo se tratava de alguma declaração de voto? -----

O membro Luís Testa salientou que não existiam introduções às declarações de voto. -----

O Presidente da mesa solicitou que não entrassem em diálogo e lembrou que não deveria haver interrupções no uso da palavra. Questionou o membro Serafim se se tratava de uma introdução pessoal à declaração de voto? -----

Novamente no uso da palavra, Miguel Serafim respondeu que era um enquadramento à sua declaração de voto. Continuou, dizendo: -----  
Eram factos que sustentavam a minha declaração de voto favorável e que rebatem a argumentação que foi utilizada em relação à questão da recuperação da dívida ter sido feita à custa de receita extraordinária e não repetível, factos.

A receita total aumentou 11,05%, face a 2012. A despesa total aumentou 10,09%.

Do aumento da despesa, 73% refere-se a aumento de despesa de capital e não despesa corrente. Em muito, devido a pagamentos de despesas anteriores, com a conseqüente redução da dívida. Tendo o aumento da despesa corrente cifrado-se em apenas 27%. E destes 27%, grande parte, cerca de 60%, deve-se ao aumento de 300.000€ nas despesas com pessoal, pelo motivo de pagamentos de subsídios e do aumento de contribuição para a CGA, que já foi referida a propósito das contas dos SMAT.

Dizer também que a diferença entre a receita cobrada total e a despesa paga total em 2013 foi positiva e, portanto, a Câmara não continua a gastar mais do



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

que a receita. Foi positiva em 32.356,18€. A receita corrente cobrada foi superior à despesa corrente cobrada, paga, no valor de 3.362.732,11€.

Significando isto que, parte substancial das despesas de capital é financiada pela poupança corrente, ou seja, gerou-se um saldo positivo nas contas. Estou a referir factos, não estou a referir suposições. Significa também que, em termos de execução, foi cumprido o princípio de equilíbrio orçamental, o qual refere também que o montante das receitas correntes deve ser pelo menos igual às despesas da mesma natureza, o que visa precisamente a formação de poupança corrente para a aplicação na despesa de investimento, o que foi efetivamente conseguido no exercício de 2013.

A argumentação, face àquilo que eu referi, porque esta recuperação se deve apenas à receita extraordinária e não repetível, não a consigo entender.

Realmente, vender um determinado imóvel é irrepitível, mas há mais imóveis para vender, por exemplo e os proveitos e receitas extraordinárias constituem subsídios ao investimento. Num determinado ano dizem respeito a uma candidatura, a um projeto e em anos subsequentes dirão respeito a outros projetos.

Por exemplo, os proveitos extraordinários de 2012 foram iguais a 2.442.303€ e possivelmente, no final de 2012, estaríamos aqui a dizer que este valor já não seria repetido. O que é certo é que, em 2013, os proveitos extraordinários foram superiores a este valor. E, portanto, aquilo que era irrepitível, foi não só repetível como repetível, num montante superior àquilo que se tinha verificado em 2012.

Relativamente à dívida, ouvi dizer também que o endividamento tem aumentado e não percebo. Isto sustenta também a minha declaração de voto favorável, é que a dívida, efetivamente, não aumentou. No exercício de 2013, face a 2012, a dívida reduziu-se 10,95%, menos 4.983.673,99€. Se compararmos o período de 2010 a 2013 a redução da dívida é de 23,4%, menos 12.380.912,00€.

Mais, é estranho que possa ser imputado, ou pensado sequer, que cabe a esta maioria a responsabilidade pela dívida.

Recordo só o seguinte: cerca de 24.000.000€ representa a dívida do Município, relativamente à banca e este valor representa cerca de 60% da dívida total. Se analisarmos o conjunto dos empréstimos vivos, que constam da documentação distribuída, este conjunto de empréstimos foi contraído entre o ano de 1993, que ainda estamos a pagar e o mais recente foi aprovado por esta Assembleia Municipal em 2009, estou a referir-me a empréstimos vivos.

Efetivamente, em relação aos limites de endividamento, se fossem mantidos os limites de 2012 em 2013, o Município cumpriria o limite de endividamento de médio e longo prazo, mas não o endividamento líquido.

Neste momento não cumpre nenhum dos limites de endividamento e isto significa que o caminho que foi iniciado de redução da dívida global tem que ter continuidade, sem vacilar. As consequências do endividamento serão muito mais gravosas para o Município e para os seus munícipes, do que o sacrifício que é imposto para se cumprir estes mesmos limites.



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

Não conheço nenhuma entidade, nenhum estado ou nenhuma família que consiga o equilíbrio das suas contas sem fazer sacrifícios.

Ninguém consegue fazer o equilíbrio das suas contas continuando exatamente no mesmo percurso que conduziu ao endividamento excessivo e dizer o contrário é pura demagogia.

Seria interessante também perceber que alternativas se colocam a quem defende um caminho alternativo àquele que tem sido seguido por este executivo. Será que existe, ou não, um reconhecimento de que é prioritária a redução da dívida? Se não é prioritária a redução da dívida, como vamos contornar as consequências da sua não redução? Em caso afirmativo, ou seja, de que é prioritário a redução da dívida, como atuar sobre ela? Só conheço três alternativas: - Aumento isolado da receita; alguém está disposto a aumentar a receita por via do aumento da tributação? – Redução da despesa; importando referir em que áreas?”

O Presidente da mesa interrompeu o membro Serafim e informou-o de que havia um tempo limite de dois minutos para as Declarações de voto, o qual já tinha sido largamente ultrapassado. Solicitou que os restantes membros tivessem presente, em futuras declarações, aquele tempo limite. -----

Na continuação da sua declaração de voto, Miguel Serafim pediu desculpa à mesa e disse que:

“Basicamente, era isto que eu queria referir e em relação à certificação legal de contas, não há nenhuma reserva em relação à aprovação das contas. Há ênfases que são mencionados, mas as contas foram aprovadas sem quaisquer reservas, inclusivamente nas contas consolidadas e, portanto, fazendo parte do perímetro de consolidação: Mercado Municipal e a Fundação Robinson.”

O Presidente da mesa chamou a atenção dos presentes relativamente ao tempo de duração das declarações de voto. -----

### **Declaração de voto – PS (Luís Testa)**

O meu voto contra as contas apresentadas obedece a duas ordens de razão: em primeiro lugar, os objetivos propostos pelo orçamento apresentado, relativamente ao exercício que estamos a apreciar, não foram cumpridos, desde logo do ponto de vista financeiro, porque houve um distanciamento no cumprimento do plano de saneamento financeiro.

Em segundo lugar, porque esta Assembleia Municipal não está em condições de apreciar estas contas, sem conhecer das contas da Fundação Robinson.

### **6 – Eleição de Presidente de Junta de Freguesia para integrar a Assembleia Distrital de Portalegre;**



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

O Presidente da mesa disse que a Assembleia Distrital tinha um regulamento, assim como as reuniões realizavam-se em março e dezembro e, para aquela eleição, sugeriu que se fizesse a eleição por lista, de dois elementos. -----

No uso da palavra, Cristóvão Crespo disse que o ofício enviado pela CIMAA não era muito adequado para ter sido enviado à Assembleia Municipal. Na sua opinião, a Assembleia sabe a lei e não teria sido necessário o aviso da CIMAA. Dadas as circunstâncias atuais das Assembleias Distritais e enquanto eleito da Assembleia Municipal de Portalegre, não se sentiu muito confortável com o tipo de aviso feito pela Comunidade Intermunicipal, com o devido respeito.-----

O Presidente da mesa disse que a humildade democrática fazia com que se aceitasse as lições de todos e de toda a parte.-----

Solicitando o uso da palavra, Luís Testa perguntou a que título é que a Comunidade Intermunicipal se dirigia à Assembleia Municipal de Portalegre requerendo a eleição de um Presidente de Junta? Tanto quanto sabia, a CIMMA não fazia parte da Assembleia Distrital, nem tinha nenhuma tutela sobre a mesma, nem sobre os municípios. Portanto, estranhava a origem daquele ofício, para a eleição em causa. Mais referiu que aquele era dos presentes mais enganadores que se atribuía a um Presidente de junta porque, na verdade, a Assembleia Distrital no mandato anterior deliberou transferir todo o seu património, as contas correntes, a atividade, etc. para a CIMAA que agora lhes lançava o repto para se eleger um membro para nada fazer. Perante tais circunstâncias, disse que o PS não apresentaria candidatura para a eleição de um inútil.-----

O Presidente da mesa disse que, independentemente de todas as questões, se tratava de darem cumprimento a um decreto-lei do Governo.-----

Solicitando o uso da palavra, João Cardoso disse que, cumprindo a lei, o CLIP apresentava o Presidente da união das freguesias de Reguengo e S. Julião, Bruno Calha e o Presidente da Junta de Alegrete, Luís Ricardo. -----

O Presidente da mesa informou que mesmo existindo uma lista única teriam de proceder a votação. Após votação, o resultado foi o seguinte: Lista A – CLIP (Bruno Calha e Luís Ricardo) eleita por maioria, com 26 votos a favor e 2 abstenções.-----

### **Aprovação em Minuta:**

O Presidente da Mesa chamou a atenção dos presentes para a necessidade de ser efetuada a votação à Minuta da Ata. Após votação dos membros, foi a mesma aprovada por unanimidade. -----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

**FALTAS:** Não houve faltas a registar. -----

### **ENCERRAMENTO:**

=====

Não havendo mais assuntos a tratar, foi pelo Presidente da Mesa, encerrada a 3.<sup>a</sup> sessão ordinária da Assembleia Municipal, eram 02.45 h, do dia 01 de maio do ano de 2014 e da qual foi lavrada a presente ata, que será devidamente assinada, nos termos da lei. -----